

Economista americano faz carta aberta

“Sionismo é negação do judaísmo”, afirma o prof. Jeffrey Sachs

Tiziana Fabi - AFP

HORA DO POVO
ANO XXXV - Nº 4.014 20 a 26 de Agosto de 2025

“Israel está envolvido em assassinatos em massa e fome deliberada”, declara

Em carta aberta ao ministro do Exterior de Israel, Gideon Sa'ar, após pronunciamento do israelense no Conselho de Segurança da ONU, o economista e professor Jeffrey Sachs, que se coloca como judeu, afirma que o regime fascista de Israel, com o genocídio perpetrado contra o povo palestino, não representa os judeus do mundo inteiro. “Na visão da maioria do mundo, com a qual concordo, Israel está envolvido em assassinatos em massa e fome deliberada; isso não ficou claro em sua fala”, afirma o economista, na carta que reproduzimos na íntegra. **P. 6**



Gabriel Pinheiro - Agência CNI



STF começa no dia 2 a julgar Bolsonaro por trama golpista

Zain Jaafar - AFP

CNI refuta nos EUA acusações que Trump fez contra o Brasil

“O Brasil não adota práticas injustificáveis, discriminatórias ou restritivas ao comércio bilateral”, afirma Ricardo Alban, presidente da Confederação Nacional da Indústria, no documento encaminhado ao Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR). **Pág. 2**

Zelensky, Otan e Europeus em campanha para manter guerra

Trump disse aos governantes europeus que foram escoltando Zelensky até a Casa Branca que nunca viu um cessar-fogo prévio às negociações de paz. **Página 7**



Palestinas choram a morte da jovem Hamdan Abu Alia, 18 anos, morta no domingo por bomba israelense

General israelense defende a matança de crianças em Gaza

Em um áudio vazado, transmitido pelo Canal 12 israelense, o ex-chefe do serviço secreto de Israel, o nazista major general, Aharon Haliva, defendeu que o genocídio que eles estão cometendo na Faixa de Gaza agora, servirá como “uma mensagem para as gerações futuras. “Não importa agora se eles são crianças. Não estou falando por vingança, estou falando de uma mensagem para as gerações futuras. Eles precisam de uma Nakba (Catástrofe) de vez em quando para sentir o preço”, afirmou o general israelense. Os ataques indiscriminados de Israel destruiu Gaza e tornou o lugar com o maior número de crianças amputadas no mundo todo. O Canal 12 transmitiu o áudio sem datar quando a gravação aconteceu. **Página 6**

O ministro Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal), marcou para 2 de setembro o início do julgamento da ação penal que tem como alvo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e mais 7 aliados, todos réus por tentativa de golpe de Estado, entre crimes. O julgamento foi marcado para começar às 9 horas. Zanin reservou 8 sessões para a análise do caso, 6 dessas extraordinárias, ou seja, que serão realizadas em horários fora do previsto para a Primeira Turma. **Pág. 3**

Planalto defende PIX contra ação de Bozo e Trump para tarifar uso

Chefe da Casa Branca reclamou que PIX gratuito prejudica as empresas americanas Visa e Mastercard. Quer esfoliar os brasileiros. Bolsonaro se aliou a Trump contra o PIX e o Brasil. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que o Brasil enviará ao governo de Donald Trump a resposta sobre a investigação comercial aberta pelos EUA contra o país. **Página 3**

Dino decide que leis estrangeiras não são válidas dentro do país

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que não tem validade no Brasil leis, decretos ou decisões judiciais de outros países. A ordem impede que as sanções de Donald Trump contra o ministro Alexandre de Moraes tenham validade dentro do Brasil. Segundo a decisão, as medidas só teriam validade no Brasil se confirmadas pelo Supremo. **Página 3**

I REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

“PIX, Banco Central e o golpe da direita”, por Kliass

Pág. 2

PIX, Banco Central e o golpe da direita

PEC 65: “os valores trilionários do Balanço do BC, por exemplo, passariam a ser operados pela direção do órgão sem nenhum controle efetivo por parte do governo ou da sociedade”

PAULO KLIASS*

O tema da independência do Banco Central (BC) é recorrente entre os defensores do financismo e da agenda neoliberal para o Brasil e para o mundo. Desde há muito tempo que esse pessoal da elite do sistema financeiro insiste na lengalenga de que a economia é assunto muito sério para ser deixado nas mãos dos políticos eleitos, pouco importando a legitimidade conferida a eles pela população nas urnas. Assim, o mesmo raciocínio vale para duas dentre as principais dimensões da política econômica, quais sejam a política monetária e a política cambial. E ambas são da competência do BC de acordo com nossa tradição legal e institucional.

Aos olhos do povo da finança, pouco importa que o BC tenha sido criado em 1964 logo depois do golpe militar de 1º de abril, por meio da Lei n.º 4595. Ele foi constituído a partir de extinção da antiga Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) do Banco do Brasil (BB) e tomou a forma jurídica de uma autarquia vinculada ao governo federal. Assim, o BC já nasce com um certo grau de autonomia, uma vez que os membros de sua diretoria deveriam ser indicados pelo Presidente da República, mas a efetivação dependia de aprovação pelo Conselho Monetário Nacional. O modelo atravessou décadas e foi mesmo incorporado pela Constituição de 1988, com a novidade de que os membros da diretoria do BC deveriam ser aprovados pelo Senado Federal antes da nomeação pelo Presidente da República.

Apesar do livre trânsito que sempre foi exercido pelos representantes do financismo sobre a direção do BC, o fato é que essa turma nunca se deu por satisfeita. Queriam porque queriam aprofundar ainda mais a autonomia do órgão, buscando uma quase independência em relação à institucionalidade da dinâmica político-eleitoral que se seguiu à democratização no período posterior ao fim da ditadura militar. A oportunidade surgiu em 2021, durante o mandato de Bolsonaro e o poder exercido pelo superministro da Economia, Paulo Guedes.

A partir de um projeto enviado pelo Poder Executivo, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar no 179, onde foi estabelecido o mandato fixo para os diretores do órgão. Assim, por exemplo, Lula tomou posse em janeiro de 2023 com a presença de todos os 9 integrantes do colegiado indicados ainda na gestão bolsonarista. A substituição dos mesmos foi feita de forma paulatina e apenas dois anos depois é que o Presidente da República eleito pela maioria da população conseguiu indicar o dirigente máximo do BC e compor a maioria de sua diretoria.

FINANCISMO QUER INDEPENDÊNCIA COMPLETA DO BC

Ocorre que nem mesmo assim o financismo satisfaz seu apetite. Em novembro de 2023, ainda com Roberto Campos Neto (RCN) exercendo a presidência do BC, foi articulada a apresentação de um projeto bastante polêmico no interior do legislativo, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 65. O texto protocolado de forma coletiva por 42 senadores, em um espectro que vai do PSB ao PL, terminou por unir parlamentares protagonizados pela extrema direita com apoio mesmo de alguns progressistas. A proposição recebeu logo de início o apoio entusiasmado de RCN e da diretoria do banco.

No entanto, a reação da maioria do sistema político não foi lá muito favorável à proposta apresentada. Com a substituição de Gabriel Galipolo para o cargo de Presidente do BC no início de 2025, o movimento de apoio à medida sofreu um recuo estratégico. Apesar disso, o relator na medida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no Senado Federal não colocou nenhum freio definitivo em suas articulações.

Continua: <https://horadopovo.com.br/pix-banco-central-e-o-golpe-da-direita-por-paulo-kliass/>

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

CNI refuta nos EUA acusações de Donald Trump contra o Brasil

Foto: Gabriel Pinheiro/Agência CNI



Ricardo Alban, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

BNDES não será impactado pela lei Magnitsky, afirma Mercadante

Bancos privados estão anunciando que vão se submeter a sanções unilaterais da lei estrangeira contra autoridades brasileiras. STF determina que essas sanções não valem em território nacional

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não será impactado pela aplicação da lei Magnitsky pelo governo dos Estados Unidos, afirmou o presidente do banco de fomento, Aloizio Mercadante, nesta terça-feira (19). A lei citada acima é usada pelo governo dos EUA para se intrometer em assuntos de outros países sob alegações de supostos desrespeitos aos direitos humanos.

“Não temos correntistas, não temos exposição nenhuma e não temos como ter. Isso diz respeito mais a eventuais instituições que têm correntistas que sejam enquadrados”, disse Mercadante a jornalistas após evento na UFRJ.

“Eles [EUA] questionam o Pix [...], mas é inovação e faz parte da competição entre países [...]. Essa é uma mudança que não pode ser questionada na relação comercial entre os países”, disse Mercadante, citando outro ponto de objeção dos EUA, este que foi um dos que motivou uma investigação comercial contra o Brasil. “Você não pode substituir eficiência, produtividade, competitividade com imposições e sanções”, acrescentou Mercadante.

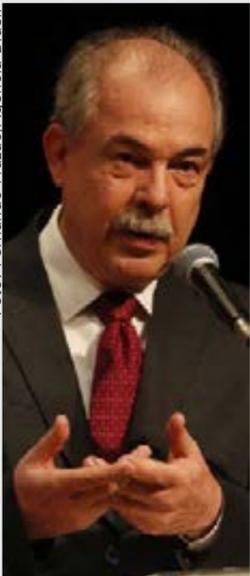
No final de julho, o governo de Donald Trump impôs sanções ao ministro

do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes alegando que ele teria autorizado prisões arbitrárias no Brasil. O ministro é relator do processo em que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é réu, acusado de tramar um golpe de Estado após perder a eleição presidencial de 2022 para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O plano golpista previa o assassinato de Lula, de seu vice, Geraldo Alckmin, e do ministro Alexandre de Moraes.

A discussão sobre a validade da lei está na ordem do dia em função da decisão do ministro Flávio Dino do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a lei não pode afetar brasileiros dentro do país. Na segunda-feira (18), o ministro Flávio Dino determinou que cidadãos brasileiros não podem ser afetados em território nacional por leis e decisões estrangeiras relacionadas a atos que tenham sido realizados no Brasil. O ministro ressaltou que a decisão não se refere a tratados internacionais pactuados.

Esta é um tema que vem sendo levantado desde que Donald Trump iniciou sua “guerra” de tarifas e sanções contra o Brasil e após a campanha da família Bolsonaro para que o governo americano aplicasse punições unilaterais

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil



Aloizio Mercadante

às autoridades brasileiras. O ministro Alexandre de Moraes e outros ministros do STF foram sancionados logo em seguida.

A deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS) apresentou um projeto de lei que impede que sanções financeiras impostas por outros países tenham validade dentro do Brasil. Ela afirmou que as sanções são uma afronta à soberania nacional.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/bndes-nao-ia-impactado-pela-lei-magnitsky-afirma-mercadante/>

Com Selic a 15%, indústria fica estagnada enquanto bancos lucram R\$ 21,2 bilhões

IEDI alerta que “as altas taxas de juros no país” e o tarifação dos EUA contra o Brasil “erodiram os fatores de expansão da nossa indústria”

Prejudicada pelos juros em patamares elevados, a indústria brasileira encerrou o primeiro semestre de 2025 em estagnação, avalia o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), ao analisar os números da produção industrial de junho deste ano (alta de 0,1%), divulgado pelo IBGE, na primeira semana de agosto. Em maio deste ano, a produção industrial havia caído em -0,6%, o mesmo resultado registrado em abril.

O Instituto alerta que, desde o terceiro trimestre do ano passado, o setor praticamente não saiu do lugar, justamente o período em que a taxa básica de juros (Selic) do Banco Central (BC) voltou a subir, saindo de 10,5%, em setembro de 2024, para 15% ao ano, em julho deste ano – afastando as empresas de novos investimentos e as famílias do consumo de bens

e serviços no país.

“A primeira metade do ano se encerrou com a produção industrial estagnada e isso após dois meses seguidos de retração, afirma o IEDI, ao destacar que “as altas taxas de juros no país e o ambiente de incertezas, agravado pela errática imposição de tarifas de importação pelos EUA, erodiram os fatores de expansão da nossa indústria”.

No 1º trimestre e no 2º trimestre de 2025, a produção industrial registrou altas de 0,2% e 0,1%, na ordem, sempre na comparação com o trimestre imediatamente anterior. No 4º trimestre de 2024, o setor registrou queda de -0,1%.

“Ou seja, não há dúvidas a respeito do minguado dinamismo do setor”, afirma o IEDI. “No contraste interanual, com a ajuda das bases de comparação, as variações são mais positivas, mas ainda

assim a desaceleração é evidente: +3,9% no 3º trim/24; +3,1% no 4º trim/24; +2,1% no 1º trim/25 e +0,5% no 2º trim/25”, cita o instituto e segue. “Este último resultado trimestral de +0,5% é o mais baixo desde meados de 2023, quando a produção industrial registrou -0,1% na comparação interanual”.

Em relação a junho de 2024, a produção industrial recuou 1,3%. “Muito disso está concentrado na indústria de transformação, cuja produção caiu -0,7% no 2º trim/25 e -2,2% em junho último”, ressalta também o instituto.

Em contraste, os três principais bancos privados do Brasil (Itaú, Bradesco e Santander) somaram juntos um lucro líquido de R\$ 21,2 bilhões no segundo trimestre de 2025, um crescimento de 17,2% na comparação com o mesmo trimestre de 2024.

“O Brasil não adota práticas injustificáveis, discriminatórias ou restritivas ao comércio bilateral”, afirma Ricardo Alban, presidente da entidade, no documento ao Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) formalizou na segunda-feira (18) uma manifestação em defesa do Brasil no processo comercial aberto pelo presidente Donald Trump, nos termos da Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA, refutando as acusações de que o Brasil atua com práticas ou políticas comerciais contra os EUA.

No documento, a CNI repete os seis pontos apontados, em julho de 2025, pela Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), para justificar o tarifação imposto por Trump e outras ações contra as exportações brasileiras: comércio digital e serviços de pagamento eletrônico; tarifas preferenciais; aplicação de leis anticorrupção; propriedade intelectual; mercado de etanol e desmatamento ilegal.

O presidente da entidade, Ricardo Alban, rebate no documento “cada uma das alegações, defendendo que o Brasil não adota práticas injustificáveis, discriminatórias ou restritivas ao comércio bilateral”.

“As preocupações identificadas pelo USTR não justificam medidas restritivas ao comércio nos termos da Seção 301, já que o Brasil não adota políticas e práticas que prejudiquem a competitividade ou discriminem empresas norte-americanas”, afirma Alban.

A CNI destaca que “não há base jurídica ou factual para a imposição das tarifas adicionais, que o comércio bilateral entre Brasil e EUA é mutuamente benéfico, com superávit para os EUA”.

Confira, a seguir, a resposta da CNI às acusações feitas pelo USTR.

Comércio digital e serviços de pagamento eletrônico

Alegação da USTR: decisões judiciais brasileiras poderiam tornar plataformas digitais responsáveis por conteúdos de usuários; as leis de dados e privacidade poderiam limitar fluxos de informação; o sistema PIX daria vantagem indevida a serviços nacionais.

Resposta da CNI: A legislação brasileira é compatível com as normas da OCDE e de vários estados dos EUA e buscam equilibrar inovação tecnológica e livre fluxo de dados com direitos individuais de privacidade; a decisão do STF não cria responsabilidade automática; o PIX é semelhante e equivalente ao FedNow, implementando pelo Federal Reserve Board dos EUA.

Tarifas preferenciais

USTR: O Brasil favorece México e Índia em detrimento dos EUA.

CNI: Os acordos seguem regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e

têm escopo limitado; a tarifa efetiva média sobre produtos dos EUA é 2,7% (mais baixa que Índia e México); mais de 70% das exportações dos EUA entram no Brasil livres de tarifas.

Aplicação de leis anticorrupção

USTR: Suposta aplicação insuficiente das leis anticorrupção prejudica empresas dos EUA.

CNI: O Brasil tem um marco legal robusto anticorrupção; o Plano Anticorrupção elevou as sanções, passando de 68 casos em 2020 para 771 em 2024; o país cumpre convenções internacionais (ONU e OCDE); empresas americanas operam em igualdade de condições com as brasileiras.

Propriedade Intelectual

USTR: Falta de proteção efetiva contra pirataria e falsificação; prazos excessivos para análise de patentes.

CNI: O país adota ações intensivas contra pirataria e falsificação; a pendência de patentes caiu para 2,9 anos em 2025 (nível próximo ao dos EUA e União Europeia); empresas dos EUA são 28% dos depositantes no Brasil; o Brasil aderiu ao Patent Prosecution Highway, beneficiando americanos.

Etanol

USTR: As tarifas brasileiras desequilibram o comércio.

CNI: EUA e Brasil produzem 80% do etanol mundial e tem baixo comércio bilateral; as tarifas não restringem o comércio; a cooperação deve focar em abrir mercados por meio da Aliança Global pelos Biocombustíveis (Global Biofuels Alliance, na sigla em inglês).

Desmatamento ilegal

USTR: Falhas na aplicação das leis ambientais criam vantagem competitiva injusta.

CNI: O Brasil tem um marco legal ambiental avançado (Código Florestal e Cadastro Ambiental Rural – CAR); os dados do INPE mostram forte redução do desmatamento em 2025; as exportações de café e suco não estão relacionadas a áreas de risco; o controle de origem da madeira garante conformidade com o Lacey Act.

De acordo com a CNI, o documento visa “busca reforçar a necessidade de que Brasil e Estados Unidos utilizem os canais estruturados de cooperação existentes para garantir que as relações comerciais e de investimento permaneçam justas, recíprocas e benéficas para ambos os países”.

A CNI também designou o embaixador Roberto Azevêdo como representante da entidade na audiência pública do USTR que será realizada em setembro.

Atividade econômica cai em junho, aponta IBC-Br

Índice do Banco Central aponta segundo trimestre desacelerando em relação ao trimestre anterior

O índice de atividade do Banco Central (IBC-Br) registrou queda de -0,1% no mês de junho, em relação a maio, quando caiu -0,73%. O índice, divulgado pelo BC nesta segunda-feira (18) encerrou o segundo trimestre deste ano com alta de 0,3%, desacelerando em relação ao primeiro trimestre, quando o resultado foi de 1,5%.

Em junho, a agropecuária caiu -2,3% e a indústria recuou -0,1%. Já os indicadores de serviços e impostos avançaram 0,1%.

O índice do BC é considerado uma prévia do PIB (Produto Interno Bruto), a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado oficial do PIB do segundo trimestre será divulgado pelo órgão no início de setembro.

No segundo trimestre, a agropecuária foi o setor com

o pior desempenho com uma variação de menos 3,1%. A indústria teve um resultado de +0,1% e o setor de serviços, com uma variação de +0,7%, foi o que garantiu o resultado positivo do período.

A queda do ritmo da economia está diretamente ligada à política de juros explosivos do BC que aumentou a Selic, taxa de juros básicos da economia, de 10,5% a.a. em setembro de 2024 para os atuais 15%, fixando dessa forma os juros reais (descontada a inflação), algo em torno de 10%, a segunda mais alta do planeta.

Ressalta ainda o BC que vai manter a Selic alta “por um período bastante prolongado”. As consequências mais negativas desses juros são as restrições ao crédito e em consequência ao consumo, assim como aos investimentos.

Em 12 meses, o IBC-Br avançou 3,9% e no acumulado do ano até junho, a alta foi de 3,2%.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5934 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (81) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Camp Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Durante inauguração da empresa em SP Lula enaltece o BRICS e a parceria com a China em inauguração da GWM

O presidente Lula destacou, na sexta-feira (15), durante a inauguração da fábrica de automóveis chinesa GWM, em Iracemápolis, no interior de São Paulo, a aliança com a China e, mais amplamente, com o BRICS, que ele disse representar hoje a voz do Sul Global. “Nós criamos o BRICS porque estávamos cansados de ser tratados como países do terceiro mundo”, disse Lula.

O presidente falou das turbulências vividas no mundo, fruto do desrespeito ao multilateralismo, e reafirmou que o Brasil não vai se dobrar a ameaças, referindo-se ao tarifaço de Trump contra os produtos brasileiros. “Por isso criamos o grupo [BRICS] que representa praticamente metade da humanidade e mais de um terço do PIB global. Isso faz com que alguns fiquem preocupados com o crescimento daqueles que eram tratados como invisíveis”, afirmou Lula, após saudar os dirigentes e trabalhadores da nova fábrica.

Lula fez questão de destacar, em especial, a relação “muito forte” com a China. Ele lembrou que a China é o principal parceiro comercial do Brasil e que os objetivos dos laços são, mais amplamente, construir uma comunidade de futuro compartilhado. “Construimos com a China uma comunidade de futuro compartilhado por um mundo mais justo e sustentável. O comércio com a China é de 160 bi dólares contra 80 bi dos EUA”, prosseguiu o presidente.

Lula destacou que o objetivo do BRICS é unir países com “similaridades para fazer trocas e crescer juntos”. Ele aproveitou para criticar a desigualdade entre o Norte Global e o Sul Global. “O norte era sempre os ricos e nós éramos sempre tratados como os pobres. Nós queremos crescer e nos desenvolver”, destacou. “Queríamos criar um grupo de países com similaridades para fazer trocas e crescer juntos. Aumentamos a relação com o Sul Global”, afirmou.

Lula lembrou que o BRICS foi criado durante a crise mundial de 2008. Ele destacou que a crise não foi criada por nenhum país do Sul Global. “A crise mundial nasceu no coração do capitalismo, nos Estados Unidos”, apontou. O presidente voltou a desmentir a fala de Trump sobre o comércio dos EUA com o Brasil. “Dizer que o Brasil tem uma relação comercial horrível com os EUA é mentira. Nos últimos 15 anos o déficit comercial com os EUA foi de US\$ 410 bilhões”, afirmou Lula.

A cerimônia contou com a presença do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin (PSB) e dos ministros Luiz Marinho e Márcio França. Anunciada há mais de dois anos, a planta da GWM tem previsão de produzir entre 30 mil e 45 mil veículos por ano, com foco em modelos elétricos e híbridos. A empresa foi a primeira a se habilitar no programa federal de Mobilidade Verde e Inovação (Mover), lançado em dezembro de 2023.

De acordo com a montadora, serão gerados 700 empregos diretos e o investimento total no Brasil deve chegar a R\$ 10 bilhões até 2032, sendo R\$ 4 bilhões até 2026. A expectativa é de que, em três anos, 60% dos componentes utilizados — como pneus, vidros, rodas, bancos e chicotes elétricos — sejam de origem nacional. A parceria com a China no setor automotivo também se fortalece com a construção da fábrica da BYD em Camaçari, na Bahia, que prevê investimentos de R\$ 5,5 bilhões.

Julgamento de Bolsonaro será no dia 2, decide STF



Bolsonaro tentou derrubar a democracia e implantar uma ditadura. Se deu mal Planalto defende PIX e impede trama de Trump e Bolsonaro de cobrar por seu uso

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que o Brasil enviou ao governo de Donald Trump a resposta sobre a investigação comercial aberta pelos EUA contra o país. Um dos alvos da “investigação” americana é o PIX, instrumento de pagamento instantâneo criado por técnicos do Banco Central do Brasil. As outras alegações de comércio desleal são desmentidas pelo próprio déficit comercial do Brasil com os EUA. O Brasil vai protocolar a resposta na Embaixada brasileira em Washington.

A medida norte-americana foi tomada com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 — que prevê a investigação de práticas estrangeiras desleais que impactam o comércio americano. O julgamento ocorrerá nos EUA. As alegações contra o comércio brasileiro são infundadas e baseadas em mentiras. Além disso, ao exigir impunidade para os réus do inquéri-

Leis estrangeiras não são válidas dentro do Brasil, decide o ministro Flávio Dino

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a eficácia dentro do Brasil de leis, decretos ou decisões judiciais de outros países. A ordem impede que as sanções de Donald Trump contra o ministro Alexandre de Moraes tenham validade dentro do Brasil. Segundo a decisão, as medidas só teriam validade no Brasil se confirmadas pelo Supremo.

Assim, os bancos dentro do país estão impedidos de aplicarem as sanções impostas pelos EUA contra o ministro do STF. Alguns bancos, como o Bradesco, declararam que iriam se submeter às ordens de Trump para penalizar Moraes.

O ministro sinalizou punição a quem transgredir a decisão, pois configuraria “ofensa à soberania nacional, à ordem pública e aos bons costumes”.

“Desse modo, ficam vedadas imposições, restrições de direitos ou instrumentos de coerção executados por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País, bem como aquelas que tenham filial ou qualquer atividade profissional, comercial ou de intermediação no mercado brasileiro, decorrentes de determinações

de 50% sobre todos os produtos brasileiros vendidos no mercado americano, a exemplo da carne bovina e do café. Esta é a maior tarifa aplicada por ele a qualquer outro país do mundo. Num segundo momento, a Casa Branca voltou atrás sobre a sobretaxação de cerca de 700 itens incluídos na versão inicial do tarifaço.

Mostrando desconhecimento do que se passa no comércio bilateral, ou por pura má-fé mesmo, Trump tem dito erroneamente que a relação comercial com o Brasil é deficitária para os EUA. Na verdade, os americanos mais exportam para o Brasil do que importam, em valor agregado. Cálculos do governo brasileiro, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estimam que, nos últimos 15 anos, o saldo da balança comercial entre os dois países foi positivo para os Estados Unidos em mais de US\$ 400 bilhões.

Mesmo sem esperar qualquer resultado da tal investigação, anunciada pelo Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), Donald Trump anunciou a imposição de uma tarifa

constantes em atos unilaterais estrangeiros”, afirma.

“Entendimento diverso depende de previsão expressa em normas integrantes do direito interno do Brasil e/ou de decisão da autoridade judiciária brasileira competente”, completa o ministro.

Flávio Dino afirmou que o tema ganhou importância no último período, “sobretudo com o fortalecimento de ondas de imposição de força de algumas Nações sobre outras”.

“O Brasil tem sido alvo de diversas sanções e ameaças, que visam impor pensamentos a serem apenas ‘ratificados’ pelos órgãos que exercem a soberania nacional”, declarou o ministro, sem especificar.

“Na prática, têm sido agredidos postulados essenciais do Direito Internacional. Instituições do multilateralismo são absolutamente ignoradas. Tratados internacionais são abertamente desrespeitados”, continuou.

“Diferentes tipos de protecionismos e de neocolonialismos são utilizados contra os povos mais frágeis, sem diálogos bilaterais adequados ou submissão a instâncias supranacionais”, completou o ministro do Supremo.

A decisão ocorreu dentro de uma Arguição de Descumprimento de

Preceito Fundamental (ADPF) que questiona decisões do Judiciário de outros países acerca de casos ocorridos no Brasil, em especial sobre danos causados por mineradoras em municípios brasileiros.

Flávio Dino ainda escreveu que o bloqueio de ativos ou o impedimento da realização de operações no Sistema Financeiro Nacional por determinação de outros países só podem ocorrer quando haja “expressa autorização” do STF.

A decisão torna sem efeito a Lei Magnitsky, que é a sanção financeira utilizada por Trump contra Dino, dentro do Brasil.

Os bancos e empresas que atuam dentro do Brasil não poderão cumprir, em território nacional, as ordens de Donald Trump, que tenta pressionar Alexandre de Moraes para impedir o julgamento de Jair Bolsonaro.

A avaliação anterior feita pelos ministros do STF é de que os bancos não deram garantias de que não seguiriam as ordens de Donald Trump mesmo dentro do Brasil. Agora, com a determinação publicada por Dino, essas instituições podem ser punidas caso queiram aplicar as sanções dos EUA dentro do território brasileiro.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Outros sete réus, do chamado “núcleo crucial” também sentarão no banco dos réus. Presidente da Primeira Turma, Cristiano Zanin reservou 8 sessões para analisar o caso

O ministro Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal), marcou para 2 de setembro o início do julgamento da ação penal que tem como alvo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e mais 7 aliados, todos réus por tentativa de golpe de Estado, entre crimes.

O julgamento foi marcado para começar às 9 horas. Zanin reservou 8 sessões para a análise do caso, 6 dessas extraordinárias, ou seja, que serão realizadas em horários fora do previsto para a Primeira Turma.

Além do 2 de setembro, com sessão pela manhã e outra à tarde, as demais sessões estão previstas para ocorrer nos dias 3, 9, 10 e 12 de setembro, conforme cronograma divulgado pela secretaria da Primeira Turma.

CABEÇAS DO COMPLÔ
A ação penal 2668 é a mais avançada relacionada à trama golpista denunciada pela PGR (Procuradoria-Geral da República), cujo alvo é o chamado “núcleo crucial” ou “núcleo 1” da trama. Esse grupo é formado pelo que seriam as principais cabeças do complô.

Além do relator, ministro Alexandre de Moraes, vão participar do julgamento os outros 4 ministros que compõem a Primeira Turma: Cristiano Zanin (presidente), Luiz Fux, Cármen Lúcia e Flávio Dino.

Como de costume nas análises de mérito e presenciais, o julgamento deve ser inteiramente transmitido pela TV e Rádio Justiça, bem como pelo canal do Supremo na plataforma YouTube.

FATOS
Pela denúncia do procurador-geral da República, Paulo Gonet, elaborada com base nas investigações da PF (Polícia Federal), Bolsonaro foi o líder da trama golpista, que tinha como objetivo mantê-lo no poder mesmo com derrota na tentativa de reeleição, em 2022.

Segundo a acusação, o plano golpista começou a ser colocado em prática em meados de 2021, quando Bolsonaro orientou o alto escalão do governo comandado por ele, a atacar o sistema eletrônico de votação, de modo a descreditar o processo eleitoral e criar o clima político e social propício à ruptura democrática.

Ainda segundo o PGR, a tentativa de golpe culminou com o 8 de janeiro de 2023, quando apoiadores e seguidores de Bolsonaro, que não aceitavam o resultado das eleições, invadiram e depredaram amplamente as sedes dos Três Poderes, em Brasília.

MINUTA GOLPISTA

Entre as provas materiais apresentadas estão, por exemplo, minutas de decreto golpista

Alckmin cobra celeridade do Congresso para aprovar auxílio a afetados por tarifaço dos EUA

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, cobrou celeridade por parte do Congresso Nacional na análise da Medida Provisória (MP) Plano Brasil Soberano, assinada e anunciada pelo presidente Lula, na quarta-feira (13), com ações emergenciais de ajuda aos exportadores afetados pelo tarifaço de 50% do presidente dos EUA, Donald Trump.

“Entendo que o Legislativo tem um papel importante a cumprir, que é dar resposta rápida”, declarou o Alckmin a jornalistas, durante uma visita a concessionária de automóveis em Brasília, neste sábado (16). “Você precisa agir rápido. Por isso, na Constituinte, estabelecemos o princípio da MP. O governo fez parte da legislação por Medida Provisória e parte por projeto de lei complementar. Tenho certeza de que vai ser rapidamente analisada e votada pelo Congresso”, acrescentou Alckmin.

O pacote de socorro às empresas afetadas pelo tarifaço da Casa Branca dispõe de uma linha de crédito no valor de R\$ 30 bilhões, garantido por meio de fundos garantidores, além da renúncia fiscal de até R\$ 5 bilhões via o programa de Regime Espe-

encontradas em endereços dos investigados, bem como rascunhos de planos como “Luneta”, “Copa 2022” e “Punhal Verde Amarelo”.

O PGR enfatizou que tais planos chegaram a prever, inclusive, o sequestro e assassinato de autoridades ainda em 2022, entre as quais o ministro do STF Alexandre de Moraes, o então presidente eleito Lula (PT) e o vice, Geraldo Alckmin (PSB).

ACUSADOS DE 5 CRIMES
Todos os 8 réus do “núcleo 1” foram acusados por 5 crimes, que somados, as penas podem superar os 30 anos de prisão:

- organização criminosa armada;
- golpe de Estado;
- tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito;
- dano qualificado; e
- deterioração de patrimônio tombado.

O julgamento final da ação penal contra Bolsonaro foi marcado pouco depois de todas as defesas terem entregado ao Supremo as respectivas alegações finais no caso. O prazo final para a entrega se encerrou na última quarta-feira (13).

DEFESAS

Com a exceção da defesa de Bolsonaro, que chamou o relatório da PGR de “absurda” e “golpe imaginado”, as demais optaram, em geral, por não contestar a existência da trama golpista em si, mas concentraram esforços em desvincular os respectivos clientes de eventual complô, mesmo que fique provada a sua existência.

O resultado dos julgamentos, inclusive com as penas, só deve sair no fim de setembro. Desse modo, os acusados, se forem condenados, só devem começar a cumprir, efetivamente, as penas no início de outubro. E pelo tempo mínimo dessas, será em regime fechado.

Todos os advogados pediram a absolvição de todas as acusações.

REUS

Além de Bolsonaro, os outros réus — integrantes do chamado “núcleo 1” ou “núcleo crucial” da trama golpista — são:

Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência;

Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência);

Almir Garnier, ex-comandante da Marinha;

Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança do Distrito Federal;

Augusto Heleno, ex-ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional);

Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; e

Walter Braga Netto, ex-ministro de Bolsonaro, e candidato à vice na chapa de 2022.

Justiça italiana nega pedido de Carla Zambelli e mantém prisão

A Justiça italiana manteve a prisão da deputada licenciada Carla Zambelli (PL-SP) ao rejeitar pedido da defesa para conversão em prisão domiciliar. A decisão, publicada na última sexta-feira (15), foi tomada pelo Tribunal de Apelações de Roma, após audiência realizada 2 dias antes.

Trata-se de mais um desdobramento contrário à deputada bolsonarista, que deve ser extraditada para o Brasil.

A informação foi divulgada, na terça-feira (19), pela AGU (Advocacia-Geral da União). A instituição apresentou documentos e argumentos jurídicos para confirmar a legalidade da prisão cautelar para fins de

extradição ao Brasil. Zambelli foi condenada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) a 10 anos de prisão por invasão dos sistemas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e falsidade ideológica, em parceria com o hacker Walter Delgatti Neto, que está preso.

Após a decisão, deixou o Brasil e foi localizada em Roma, onde acabou presa em julho, após cooperação entre autoridades brasileiras e italianas.

Zambelli também responde a processo por porte ilegal de arma de fogo por ter perseguido jornalista, em público, com arma em punho, na véspera das eleições de 2022, período em que é manifestamente ilegal portar armas.

Sabesp comemora lucro recorde enquanto demite e aumenta tarifas

Por trás do lucro recorde de 76,6% no trimestre, estão demissões em massa, tarifas explosivas e a deterioração dos serviços de água e esgoto

A Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) registrou um lucro líquido de R\$ 2,13 bilhões no segundo trimestre de 2025, um crescimento expressivo de 76,6% em relação ao mesmo período de 2024. No acumulado do primeiro semestre, o lucro chegou a R\$ 3,6 bilhões, resultado comemorado pelo mercado financeiro como “acima do esperado”.

Já para os trabalhadores e a população, os números revelam o outro lado dessa conta cada vez mais pesada: demissões em massa, tarifas explosivas, retrocessos ambientais graves, aumento de acidentes e deterioração na qualidade dos serviços. “Anteriormente, a tarifa da Sabesp era revista a cada quatro anos. A empresa apresentava à agência reguladora um plano de investimentos detalhado, que passava por análise e validação técnica”, explicou o engenheiro Amauri Pollachi, em entrevista recente ao HP. “Esse plano previa a aplicação de um volume específico de recursos em um conjunto de obras e ações para expansão e melhoria dos serviços. Ou seja, havia um compromisso formal entre a Sabesp, e o órgão regulador, continua o engenheiro, que trabalhou na empresa durante 30 anos. “Ai, sim, era fixado um valor de tarifa que permitia a aplicação daquele plano de investimentos projetados. Agora, não”, diz.

Antes da privatização, o reajuste da tarifa era calculado com base nos investimentos feitos no ano anterior. Quanto maior o volume de obras e melhorias realizadas, maior o reajuste permitido, já que a tarifa precisava cobrir esses custos. Essa lógica garantia um vínculo direto entre o valor cobrado da população e o compromisso da empresa com a ampliação e a qualidade dos serviços, sob fiscalização da agência reguladora.

A diretoria da empresa alega que o resultado é reflexo de melhorias operacionais, eficiência de custos e aumento no consumo. As metas de universalização são usadas como justificativa para investimentos bilionários, mas a realidade nas áreas de atuação da Sabesp revela outra história: precarização, insegurança e desigualdade no acesso à água e ao saneamento.

Segundo comunicado da própria Sabesp, o salto no lucro está diretamente relacionado à “força de trabalho mais enxuta”, repasses tarifários recentes e à eliminação de descontos para grandes clientes. Em outras palavras, a empresa aumentou suas margens ao reduzir despesas com pessoal e a repassar mais custos ao consumidor.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) atingiu R\$ 3,89 bilhões no trimestre – alta de 34% em relação ao mesmo período de 2024. O valor superou com folga as projeções de analistas, que esperavam cerca de R\$ 3,08 bilhões.

PRIVATIZAÇÃO

A desestatização da Sabesp, maior empresa de saneamento da América Latina, foi concluída em julho de 2024, após processo iniciado em fevereiro de 2023 com um estudo de viabilidade coordenado pelo International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial e credor da então estatal. O governo de São Paulo arrecadou R\$ 14,77 bilhões com a venda de suas ações, a um valor cerca de 20% abaixo da cotação da época. Em uma operação sem concorrência real, o grupo Equatorial arrematou 15% da empresa, consolidando-se como investidor estratégico.

O discurso do governador paulista Tarcísio de Freitas e outros privatistas, falava em eficiência, modernização e antecipação da universalização dos serviços de água e esgoto de 2033 para 2029. Contudo, um ano depois, os problemas se acumulam, e a promessa de melhoria perde força frente aos dados da realidade.

“No último dia 23 de julho, uma adutora da Sabesp se rompeu em Embu das Artes, deixando sem água 160 mil moradores do próprio município e de Itapeverica da Serra, ambos na Grande SP. O incidente escancarou os efeitos do novo modelo de gestão: redução de equipes técnicas, terceirização, falta de fiscalização e manutenção negligenciada.

A tubulação estava localizada ao lado de um aterro com mais de 212 mil m², em uma área de intensa degradação ambiental. A proximidade com o Rio Embu-Mirim, importante afluente da Represa Guarapiranga, levanta preocupações sobre o risco de contaminação por chorume carregado de metais pesados, como chumbo e mercúrio, armazenado sem impermeabilização. “A entrega da Sabesp ao setor privado e o desmonte do quadro de trabalhadores e trabalhadoras colocam toda a população em perigo”, conclui o Sintaema.

população em perigo”, denuncia o Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo).

As críticas do sindicato também encontram eco nas declarações de Pollachi. “A perda de conhecimento técnico foi brutal. E a proibição de horas extras inviabiliza qualquer operação emergencial séria”, aponta o engenheiro.

É ESGOTO PURO

Além do aumento nas tarifas e da precarização dos serviços, os impactos da privatização da Sabesp também se estendem ao meio ambiente. Em menos de dois meses – entre 23 de junho e 4 de agosto – foram registradas duas ocorrências de despejo de esgoto sem tratamento nos rios Tietê e Pinheiros, dois dos principais cursos d’água da capital paulista.

“É esgoto puro, que está sendo retirado da tubulação que rompeu. É uma quantidade enorme: algo equivalente a 86 piscinas olímpicas por dia. Dá para ver claramente uma mancha entrando no rio. Isso pode ser caracterizado como crime ambiental”, disse Amauri ao SP1 da TV Globo, por ocasião do derramamento de dejetos no Tietê.

Segundo denúncias do Sintaema e de movimentos socioambientais, as falhas na coleta e no tratamento de esgoto aumentaram com a redução das equipes técnicas e o avanço das terceirizações na Sabesp. A empresa foi multada em R\$ 22,7 milhões pelo vazamento de esgoto no Rio Pinheiros, R\$ 900 mil por poluição no Rio Paraíba do Sul, e R\$ 23 milhões por despejo em um ribeirão em Bragança Paulista. Além disso, a Justiça determinou que a companhia pare de despejar esgoto em Aracoiaba da Serra, sob pena de multa diária.

Em Itapeverica, os vereadores aprovaram, no dia 5 de agosto, uma lei que prevê a aplicação de multas a concessionárias de água e energia elétrica em caso de falhas injustificadas na prestação dos serviços.

De acordo com o sindicato, a companhia já demitiu mais de 2 mil trabalhadores desde a privatização – metade apenas no primeiro trimestre de 2025. A redução do quadro funcional tem ocorrido de forma acelerada, via Programas de Demissão Voluntária (PDVs) e pressão direta sobre os funcionários.

“As equipes estão esvaziadas. Com menos trabalhadores e mais terceirizações, os serviços ficaram mais lentos, inseguros e caros. A população sente isso na pele”, afirma José Faggian, presidente da entidade.

Desde a privatização, multiplicam-se as denúncias de aumentos abusivos nas contas de água. Em alguns casos, moradores relataram saltos de R\$ 70 para R\$ 500 em apenas alguns meses. A pressão popular levou vereadores do Partido dos Trabalhadores a proporem uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a Sabesp na Câmara Municipal de São Paulo, mas a proposta foi barrada.

Na cidade de Carapicuíba (Grande SP), uma comissão municipal já apura o aumento de tarifas, a piora no atendimento e os impactos da nova política tarifária da empresa. As promessas de ampliação da tarifa social até o momento não se concretizaram para a maioria das comunidades periféricas.

“Hoje, vemos a Sabesp gastar milhões em publicidade para tentar maquiar a realidade. Mas os moradores das periferias sabem o que estão enfrentando: contas caras, falta d’água e serviços precários”, denuncia Faggian.

Enquanto demite, terceiriza e encarece a vida da população, a Sabesp prepara-se para elevar a distribuição de dividendos para acionistas. A política que antes previa a destinação de 25% do lucro líquido aos acionistas pode chegar a 100% até 2030.

O caixa da empresa saltou de R\$ 1,18 bilhão no fim de 2024 para R\$ 1,95 bilhão no fim do segundo trimestre de 2025. O ritmo de investimentos – de R\$ 3,6 bilhões no trimestre – é apresentado como evidência de compromisso com a universalização, mas não há garantias de que os recursos cheguem às áreas mais vulneráveis, que mais precisam dos serviços.

“É uma lógica perversa: lucros para poucos, prejuízo para muitos. O saneamento, que deveria ser um direito fundamental, virou mercadoria nas mãos do capital privado”, critica o presidente do Sintaema. “Resultado da lógica privatista: sucessivos vazamentos, perda de mais de 30% de toda a água tratada e aumento da vulnerabilidade de nossos mananciais. A entrega da Sabesp ao setor privado e o desmonte do quadro de trabalhadores e trabalhadoras colocam toda a população em perigo”, conclui o Sintaema.



Um ano após a privatização, promessas de eficiência dão lugar a precarização

Juiz diz que não há dúvidas do crime de tráfico de crianças pelo influencer Hytalo Santos e seu marido

O juiz Antônio Rudimacy Firmino de Sousa, da 2ª Vara da Comarca de Bayeux, Estado da Paraíba, afirma que não há dúvidas da reiterada prática de tráfico de pessoas no caso dos influencers Hytalo Santos e seu marido, Israel Vicente.

Hytalo Santos e Israel, conhecido como Euro, foram presos na manhã da última sexta-feira (15), em uma casa de alto padrão em Carapicuíba, na Região Metropolitana de São Paulo. Os dois são suspeitos de explorar crianças e adolescentes nas redes sociais. A defesa afirma que eles são inocentes e estão à disposição das autoridades.

As prisões ocorreram por determinação da Justiça da Paraíba, após força-tarefa entre o Ministério Público da Paraíba, o Ministério Público do Trabalho e a Polícia Civil de SP.

“Sem dúvidas há elementos que indicam prática reiterada do crime de tráfico de pessoas”, afirma o juiz. As informações são de acesso do portal Estadão.

Com base em todo material colhido nas investigações, o juiz determinou a prisão preventiva (sem prazo determinado), ao invés da temporária.

“A prisão preventiva é medida cautelar ampla, sendo eficiente ferramenta de encarceramento durante a fase policial ou na instrução criminal. Os pressupostos para a sua decretação são a prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.”

No documento, o juiz ainda aponta que “há fortes indícios de autoria e materialidade” dos crimes de:

- Tráfico de pessoas;
- Exploração de pessoas;
- Exploração sexual e trabalho infantil artístico irregular;
- Produção de vídeos com divulgação em redes sociais, constrangimento de crianças e adolescentes



Influenciador foi preso em casa em São Paulo

O magistrado ainda aponta que o influenciador e o marido “têm adotado condutas reiteradas para dificultar o esclarecimento da verdade, valendo-se de práticas ilícitas como a tentativa de destruição de documentos e aparelhos eletrônicos, esvaziando as pressas residenciais, ocultando valores e veículos utilizados”.

DENÚNCIA

Hytalo foi alvo principal do youtuber Felca em denúncias sobre adultização, o vídeo conta com 42 milhões de visualizações. O processo já tramita faz tempo, mas a pressão contra Hytalo cresceu após denúncias feitas contra ele pelo também influenciador digital, em vídeo postado no dia 6 de agosto.

Na quinta (14), oficiais de Justiça e policiais militares foram à casa do influenciador, em um condomínio fechado em João Pessoa, na Paraíba, para cumprir a decisão, e encontraram portas fechadas.

Além da busca e apreensão, a Justiça proibiu ainda o contato do influenciador com os menores e determinou a realização de um estudo psicossocial com os adolescentes envolvidos.

A decisão, publicada na quarta-feira determinou, também a apreensão de todos

os aparelhos eletrônicos (celulares, computadores, câmeras, HDs, pen drives, entre outros) utilizados pelo Hytalo para a gravação, edição e divulgação de conteúdos digitais.

“(Eles) deverão ser encaminhados, posteriormente, à autoridade policial para a realização da análise pericial para extração dos dados”, completou o Tribunal de Justiça da Paraíba.

Os policiais e oficiais de Justiça chegaram à casa do influenciador, em João Pessoa, por volta das 16h30 de quarta-feira. Eles conseguiram acessar o quintal, onde uma máquina de lavar estava em funcionamento, mas não havia ninguém no imóvel – a Polícia Militar suspeita que a decisão judicial vazou e que as pessoas que estavam na casa saíram às pressas, antes da chegada dos agentes.

Segundo a Polícia Militar, representantes do condomínio informaram que o influenciador saiu da casa levando muitos equipamentos eletrônicos, pouco antes da chegada dos policiais e oficiais de Justiça. A missão deles era justamente apreender celulares, computadores e outros equipamentos eletrônicos usados nas gravações feitas por Hytalo.

Ministra rebate argumento bolsonarista de censura das redes: “protegem pedofilia e a exploração sexual de crianças”

A ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo, afirmou que o discurso de bolsonaristas, que chamam de censura a tentativa de regulamentar as redes sociais, acaba servindo para blindar pedófilos.

“Esse debate da censura acaba por proteger pedofilia e exploração sexual de crianças e adolescentes no ambiente digital, fazendo com que muitas vezes a responsabilização recaia sobre as mães, as mulheres e as famílias”, disse em entrevista ao portal UOL.

Segundo ela, há consenso no governo em torno da aprovação do Projeto de Lei 2.628, de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE). O texto, já aprovado no Senado e relatado na Câmara pelo deputado Jacyel Alencar (Republicanos-PI), amplia a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital e obriga as plataformas a denunciarem crimes.

“Hoje há consenso no governo da necessidade de votar esse projeto. O presidente Lula está muito comprometido com essa agenda”, afirmou.

“O projeto trata, primeiro, da supervisão parental, ou seja, como a família pode ter

mecanismos que permitam a ela controlar o tipo de conteúdo que a criança e o adolescente têm acesso. Os aplicativos hoje já permitem isso em parte, mas muitas vezes a permissão não é amigável. A pessoa tem que ser quase especialista em informática para usar. Então, um dos pontos importantes é fazer com que esses mecanismos sejam amigáveis, simples para os familiares”, explicou a ministra em entrevista à Voz do Brasil.

Macaé enfatizou ainda outro ponto do texto, que diz respeito às “recompensas” de jogos e aplicativos, e como separar isso de mecanismos de aposta e monetização.

“Muitas vezes, a criança entra num ambiente de jogo infantil e, progressivamente, vai sendo levada a um ambiente de apostas. É preciso delimitar de maneira objetiva o que é brincadeira, o que são jogos infantis e o que é um ambiente monetizado”, disse.

Para a ministra, o que “vale no mundo físico, vale no ambiente digital”.

“Nós já temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê a proteção integral

de crianças e adolescentes, a responsabilidade da família, da sociedade, e a responsabilidade do Estado. Mas, muitas vezes, como a sociedade hoje é bem mais complexa, a gente entra numa cena que às vezes fica nebulosa. E com esse projeto, a gente traz uma resposta contemporânea ao momento que vivemos”, disse.

REGULAÇÃO DAS REDES

Segundo a ministra, o governo federal tem trabalhado em outra proposta que aborde a regulação das redes sociais. “Outra proposta de PL mais amplo (a ser enviado ao Congresso), que trata de várias outras questões. Vou falar só especificamente do ponto diretamente ligado ao Ministério dos Direitos Humanos, que é tratar, nesse próximo PL, da questão dos influenciadores mirins. A gente quer tratar com especificidade o trabalho infantil no ambiente digital. Caracterizar esse processo é importante para a responsabilização dos produtores de conteúdo, para responsabilização das famílias e das próprias plataformas”, disse.



Tarcísio permanece em silêncio frente ao caso R\$ 1 bi em propina: Márcio França cobra apuração e critica silêncio de Tarcísio

O ministro do Empreendedorismo, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, Márcio França, fez duras críticas ao esquema bilionário de fraudes fiscais envolvendo a rede de farmácias Ultrafarma e cobrou apuração rigorosa sobre possíveis conexões com autoridades do alto escalão do governo de São Paulo. Em tom irônico e incisivo, pelo X, o ministro também questionou o silêncio do governador Tarcísio de Freitas diante da gravidade do caso e apontou contradições entre o discurso oficial de combate à corrupção e os fatos que vieram à tona.

“Hum... Que história torta, enrolada. O dono milionário da Ultrafarma, Sidney de Oliveira, que é muito amigo, assim, do prefeito de São Paulo, que é muito amigo, assim, do governador de São Paulo, corrompe auditores da Receita e surrupia bilhões de todos os paulistas. Olha, é muito dinheiro que fugiu fácil por esse ralo”.

O empresário Sidney de Oliveira, dono da Ultrafarma, foi preso em São Paulo na terça-feira (12), suspeito de articular um esquema de corrupção com auditores da Receita para criar “créditos tributários de mentira”, desviando bilhões dos cofres públicos. “É muito dinheiro que fugiu fácil por esse ralo”, afirmou o ministro Márcio França ao comentar o caso.

A operação revelou um esquema dentro da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, com estimativas de até R\$ 1 bilhão em propinas pagas, o que intensificou a pressão sobre o governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) e gerou expectativa por esclarecimentos.

Desde a deflagração da investigação, no mesmo dia da prisão do empresário, Tarcísio tem fugido da imprensa, evitando se pronunciar sobre o caso e não participando de entrevistas coletivas em que pudesse ser questionado pelos jornalistas. A situação ganha contornos ainda mais inquietantes diante do histórico de proximidade entre os envolvidos. Sidney gravou um vídeo declarando apoio à reeleição do prefeito Ricardo Nunes, em 2024 — aliado político direto de Tarcísio em São Paulo. As relações entre o empresário e figuras do entorno do governador levantam dúvidas sobre o grau de acesso e influência que ele mantinha junto ao poder público.

Márcio também criticou o secretário da Fazenda de São Paulo, apontando que não é servidor concursado e foi “escolhido e nomeado pelo Tarcísio”, com “indicação de Paulo Guedes”. E questionou: “Será que ele percebia esse buraco aí na cara dele?”

Publicamente desgastado, o governador bolsonarista tenta se desvincular das críticas acumuladas no último mês. Ele foi alvo de questionamentos por sua resposta tardia ao tarifaço anunciado por Donald Trump e por ter se colocado como articulador de uma tentativa de aproximação entre Bolsonaro (PL) e o STF (Supremo Tribunal Federal). Além disso, demorou a reprovar os efeitos econômicos provocados por declarações e ações de Eduardo “Bananinha” Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro.

França levantou dúvidas sobre a ausência de fiscalização e responsabilização de autoridades superiores. “Será que para criar esses créditos tributários, que são créditos de mentira, não tem que passar por outras pessoas também, fiscalizar, auditar? Ou será que teve algum empurrãozinho aí?”, insinuou.

MONTANHA PARINDO RATOS

A crítica também se estendeu ao Ministério Público, responsável pela investigação do caso: “Será que ainda vai sair algum peixe grande dessa cartola do Ministério Público? Ou vai sobrar só para esses bagrinhos aí?” O ministro questionou a coerência entre o discurso do governo paulista e suas ações: “Essa montanha dos técnicos que vieram de fora e que não são políticos, de total confiança do governador, será que vai acabar parindo ratos?”

Ele também levantou suspeitas sobre a atuação do secretário da Fazenda, Samuel Kinoshita: “Bem debaixo do nariz do secretário da Fazenda de São Paulo, que não é concursado, foi escolhido e nomeado pelo Tarcísio, indicado pelo Paulo Guedes. Será que ele percebia esse buraco aí na cara dele? Ele deve ter muita confiança do governador, porque, sinceramente, será que para criar esses créditos tributários, que são créditos de mentira, não tem que passar por outras pessoas também, fiscalizar, auditar? Ou será que teve algum empurrãozinho aí? Alguma autorização, sei lá”, sugeriu.

O ex-governador criticou a ausência de controle sobre a fraude bilionária. “Será que ninguém do comando do governo de São Paulo não estranhava, não, esse buraco? Não tinha controle? Porque dois bilhões é só um pão de touro. Imagina o resto. E toda essa fraude gigante estava bem ali, pertinho, pertinho, pertinho de quem comanda os destinos do dinheiro de São Paulo”, apontou.

O escândalo na Secretaria da Fazenda expõe o maior volume de propinas já identificado durante o governo Tarcísio de Freitas — e envolve diretamente um servidor com cargo de confiança: o supervisor da Diretoria de Fiscalização (DIFIS), Artur Gomes da Silva Neto. A crise se torna ainda mais grave diante do fato de que, logo ao assumir o governo, Tarcísio reestruturou a Controladoria-Geral do Estado (CGE) e lançou com alarde o programa “Radar Anticorrupção”, anunciado como uma ferramenta para blindar a administração contra práticas ilícitas. O contraste entre o discurso e os fatos agora cobra explicações. A situação escancarou uma ironia difícil de ignorar.

Revolução à vista, por Carlos Pereira

O XVI Congresso do PCdoB acontece no momento mais agudo da luta de classes dos últimos 40 anos. Desde a queda do socialismo na década de 90 e do “Consenso de Washington”, que regulamentou o neoliberalismo (leia-se hegemonia do capital financeiro em nível mundial), nunca a contradição entre o centro imperialista, hegemonizado pelos Estados Unidos, e a sua periferia esteve tão acirrada.

A insubordinação da Rússia contra o cerco da OTAN foi o primeiro sintoma desse acirramento. O outro é o contraste entre a exuberância do desenvolvimento do socialismo chinês – onde as relações de produção estimulam o desenvolvimento acelerado das forças produtivas, seja da tecnologia das máquinas, seja da força de trabalho – e a decadência do imperialismo dos EUA, que atrasa as forças produtivas do mundo a ferro e fogo.

ROMPER COM A DEPENDÊNCIA

O Brasil, ao lado das quase infinitas riquezas naturais, está na rabeira do desenvolvimento industrial. A indústria, definindo, amarga o 25º lugar no mundo, regredindo para a produção e exportação de commodities, fórmula primária, através da troca desigual, de saltar o país. E é o segundo país em juros pagos pelo Estado aos rentistas, principalmente norte-americanos, fórmula moderna de assaltar o Tesouro Nacional. Quase um trilhão de reais por ano.

LEI DA SELVA

A conta da rapinagem imperialista caiu nas costas dos trabalhadores no desgoverno Bolsonaro, que patrocinou a mais violenta retirada de direitos, por meio das antirreformas trabalhista e previdenciária. Quase 40% da força de trabalho, 38,7 milhões, estão na informalidade, sem direito algum. Para os que estão na formalidade, a CLT foi tão desidratada e transfigurada que dá a impressão de que é pior com ela.

O governo Bolsonaro reinventou a jornada de 12 horas; o almoço de meia hora; o “direito” da mulher grávida trabalhar em local insalubre, desde que com autorização do médico da empresa; o trabalho intermitente, no qual o trabalhador ganha só pelas horas efetivamente trabalhadas, embora tenha que ficar à disposição do patrão; a terceirização indiscriminada, para citar algumas barbaridades.

AÇÃO ANTISSINDICAL

O governo fascista de Bolsonaro centrou o fogo em suas antirreformas, no enfraquecimento dos sindicatos, praticamente zerando a arrecadação das entidades sindicais, o que sufocou financeiramente a estrutura sindical brasileira, ao acabar com o desconto de um dia de trabalho dos salários de todos os trabalhadores. Em consequência, caiu violentamente (96%) a arrecadação das entidades.

O acordo individual passou a ter mais peso que o acordo coletivo; o negociado passou a valer sobre o legislado; pedir dissídio, no caso de impasse nas negociações, só por consenso, ou seja, nunca; o patrão está desobrigado de fazer a homologação no sindicato do trabalhador demitido; acabou com a ultratividade, ou seja, a validade do acordo anterior até que se chegue a um novo acordo.

A valorização do trabalho é a base da soberania. Não existe país soberano se sua produção é principalmente voltada para o mercado externo.

UNIDADE NACIONAL

A revolução nacional desenvolvimentista de 1930, comandada por Getúlio Vargas, se sustentou na aliança entre trabalhadores, Estado e empresários. Iniciou as mudanças estruturais no Brasil no rumo do desenvolvimento soberano e da industrialização. O Estado puxou o investimento em obras pesadas, de lucro a longo prazo, onde era impossível o jovem empresariado nacional chegar, construindo a infraestrutura necessária e oferecendo financiamento farto para a indústria ligeira. Tudo sustentado no mercado interno, fortalecido, complementado pela exportação.

RESGATAR OS DIREITOS TRABALHISTAS

A Consolidação das Leis do Trabalho foi aprovada em 1943, durante o Estado Novo. Foi preparada e proposta por uma comissão formada por socialistas, comunistas e trabalhistas, no clima da revolução russa de 1917. Curioso é que a CLT foi caluniada pela direita e pelo esquerdismo como cópia da Carta Del Lavoro de Mussolini. Ao contrário, a CLT garantiu oito horas de trabalho, férias, descanso remunerado, estabilidade, direito à sindicalização, previdência pública etc.

A estrutura sindical brasileira, única no mundo, é filha primogênita da Revolução de 30, criada pelo Estado brasileiro, como ato revolucionário. Nasceu como parte da CLT e irmã gêmea da Justiça do Trabalho. A criação do Ministério do Trabalho foi o primeiro ato de Getúlio como presidente. Também uma jabuticaba brasileira. Dessa forma, entregava instrumentos eficientes para mobilização e organização dos trabalhadores.

O regime de trabalho assalariado, no qual o trabalhador negocia e vende sua força de trabalho para o patrão, exige que o natural seja a negociação coletiva do preço da força de trabalho, com ações coletivas, assembleias e greves. É a primeira experiência de luta de classes vivida pelo operário. A condição de classe empurra o trabalhador para a unidade.

Leia o artigo completo em www.horadopovo.com.br

Centrais convocam ato unitário pela soberania no 7 de Setembro



Centrais e diversos setores da sociedade na Faculdade de Direito da USP



Entidades denunciam risco à soberania com assédio a engenheiros brasileiros pela Boeing

A Justiça Federal negou pedido de associações do setor aeronáutico para que haja um limite para a contratação em massa de engenheiros brasileiros pela Boeing, fabricante de aviões dos Estados Unidos que, em 2023, inaugurou o 1º centro de engenharia e tecnologia na América Latina, em São José dos Campos (SP), mesma cidade na qual a Embraer tem sede.

A decisão, em resposta a uma ação civil pública movida pela Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB) e pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Defesa (Abimde), foi chancelada pela 3ª Vara Federal de São José dos

Campos (SP), do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), e publicada no final de julho.

Na ação, as associações alegam que a política agressiva de contratações da empresa americana, especialmente de profissionais dos mais qualificados e experientes de empresas como a Embraer, é prejudicial ao país e compromete a nossa soberania.

De acordo com as associações, a política da Boeing representa perigo de vazamento de segredos industriais que podem comprometer a defesa da soberania nacional, uma vez que estes funcionários, que atuam na Embraer e em empresas que de-

envolvem projetos do Ministério da Defesa, têm informações e conhecimentos específicos no cenário da aviação nacional.

No pedido, as entidades citam como exemplo que a Embraer – principal fabricante de aviões no Brasil – teria perdido 65 profissionais altamente especializados e em posições de liderança para a Boeing.

Ao negar o pedido, a Justiça concordou “ser frustrante a perda de engenheiros especializados e formados com apoio do Estado” – como por exemplo no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) –, mas considerou que a política da Boeing não é ilegal.

“Não aceitaremos que interesses externos ditem o destino do país”, afirmam entidades

As Centrais Sindicais CUT, CTB, Força Sindical, UGT, NCST, CSB, Intersindical e Pública, ao lado de movimentos sociais e estudantis farão um ato no dia 7 de Setembro, em defesa da soberania, da valorização do trabalho e da justiça social.

As entidades lançaram uma carta conjunta ressaltando que “o Brasil vive um momento decisivo”, e convocam as forças populares, democráticas e progressistas a se unirem “para defender a soberania nacional e os direitos do nosso povo”.

“Não aceitaremos que interesses externos ditem o destino do país. Governo, empresários comprometidos com a pátria e trabalhadores devem apostar no fortalecimento do consumo interno e na conquista de novos mercados para nossas exportações”, afirmam as entidades em repúdio ao tarifaço e ingerência de Donald Trump sobre o Brasil, com apoio da família Bolsonaro.

O documento afirma que “a crise internacional está posta e o Brasil está sendo injustamente atacado”. “Por isso, a soberania deve ser o lema deste 7 de Setembro, Dia da Independência”.

Segundo as Centrais e demais entidades, “as ações imperialistas que partem do governo dos

Estados Unidos, liderado por Donald Trump, e que, para indignação do povo, contam com a família Bolsonaro e com a extrema-direita nacional. Não passarão!”. “O povo brasileiro já reconhece as manobras daqueles que traem a nação em troca de benefícios pessoais”, afirmam.

Além da afirmação da soberania, as centrais destacam ainda que o ato trará para as ruas pautas como: fim da escala 6x1 e combate à obrigatoriedade do trabalho aos domingos e feriados; redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais sem redução salarial; isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil; aumento da alíquota para rendas acima de R\$ 50 mil mensais, e taxação das grandes fortunas.

Para Adilson Araújo, presidente da CTB, a conjuntura exige uma resposta firme das forças populares diante das ameaças do governo Trump sobre o país: “O Brasil enfrenta uma pressão inédita do imperialismo contra a independência do nosso Poder Judiciário e a imposição de um tarifaço arbitrário e injusto, com o infame apoio de uma quinta coluna liderada pelo Clá Bolsonaro. É preciso reagir: nossa pátria não pode e não vai ficar de joelhos diante dos EUA e retroceder à condição de colônia”, afirmou.



Fajardo, liderança histórica dos Metroviários de São Paulo disputa retorno ao sindicato

Sob o lema “Experiência, Compromisso e Renovação”, o líder histórico dos metroviários de São Paulo, Wagner Fajardo, atual representante eleito dos metroviários no Conselho de Administração da empresa, ex-coordenador do sindicato e ex-presidente da federação nacional da categoria, é candidato à presidência pela Chapa 1, de oposição à atual diretoria, que se dividiu em três chapas. Segundo Fajardo, “o sindicato está abandonado, perdido em discussões internas, distantes da categoria”.

“Hoje a terceirização é o ataque imediato que sofre a empresa”. Para Wagner, “a prioridade é resistir à terceirização e enfrentar um governo que não conversa: vamos formar uma ampla frente em defesa do metrô público, estatal e de qualidade, que reúna a sociedade civil, parlamentares, movimento sindical e usuários do sistema, tendo à frente o sindicato e a nossa federação nacional. A outra questão que vamos priorizar é por concurso

público”, afirmou.

De acordo com Fajardo, “o mais importante agora é a retomada da confiança da categoria em sua entidade”. E explicou: “Vamos democratizar a entidade, quebrando a lógica de grupo que orientou o funcionamento do sindicato nos últimos três anos. Além disso, é preciso ter uma direção que mostre unidade em sua ação sindical para estabelecer a unidade de toda a categoria, impactada por essa fragmentação da diretoria”.

As eleições para renovação da diretoria ocorrerão entre os dias 24 a 29 de agosto. O sindicato já foi um dos mais atuantes de São Paulo. Para o sindicalista, “a obrigação do movimento sindical hoje é combater as propostas de redução dos direitos dos trabalhadores. Outra questão, que para os metroviários é muito importante, são os Projetos de Lei que regulamentam pontos da última reforma da previdência, que garantem aposentadoria especial”, destaca.

CARLOS PEREIRA



“Sionismo nega o judaísmo”, diz carta aberta do professor Jeffrey Sachs



Vídeo da NBC

Para criminoso, matar crianças é ‘necessário’
Para o general israelense genocida matar crianças é ‘lição a gerações futuras’

Em um áudio vazado, transmitido pelo Canal 12 israelense, o ex-chefe do serviço secreto de Israel, o nazista major general, Aharon Haliva, defendeu que o genocídio que eles estão cometendo na Faixa de Gaza agora, servirá como “uma mensagem para as gerações futuras.”

“Não há escolha, eles precisam de uma Nakba (Catástrofe) de vez em quando para sentir as consequências”, disse o ensandecido Haliva, sobre a limpeza étnica de 1948, em que grupos paramilitares sionistas forçaram a expulsão em massa de mais de 750.000 árabes palestinos. Durante cerca de 7 meses, a população árabe de mais de 500 cidades e vilas foram expulsas para dar espaço para a colonização europeia e a criação do Estado de Israel.

“NÃO IMPORTA SE SÃO CRIANÇAS”

“O fato de já haver 50.000 mortos em Gaza é necessário e para as gerações futuras,” ele disse na gravação. O Canal 12 transmitiu o áudio sem datar quando a gravação aconteceu. Os números de mortos atingiu 50.000 em março desse ano, atualmente já passou dos 62.000 mortos por Israel. Não importa se eles agora são crianças”.

“O preço, eu disse antes da guerra... Por tudo o que aconteceu em 7 de outubro, para cada pessoa em 7 de outubro, 50 palestinos devem morrer”, diz ainda Haliva assumindo abertamente a concepção nazista de punição coletiva.

“Não importa agora se eles são crianças. Não estou falando por vingança, estou falando de uma mensagem para as gerações futuras. Eles precisam de uma Nakba de vez em quando para sentir o preço.” Os ataques indiscriminados de Israel destruiu Gaza e tornou o lugar com o maior número de crianças amputadas no mundo todo.

Uma revelação que a gravação de Haliva expõe, é de que Israel pretende criar uma situação de hostilidade política na Cisjordânia ocupada para facilitar que um grupo semelhante ao Hamas assuma o poder e assim tentar destruir a ideia da criação de um Estado palestino.

“Ouça, você não entende que há coisas muito mais profundas aqui. O conflito Israel-Palestina está no centro da questão, porque o Hamas é bom para Israel, isso é o argumento de Smotrich”, disse Haliva. Segundo ele, o ministro das finanças israelense defende desmantelar a Autoridade Palestina para deixar o Hamas assumir o controle da Cisjordânia.

“O Hamas é uma organização que você pode lutar livremente, não tem justificativa internacional, não tem legitimidade, você pode combatê-la com uma espada”, expressou o general fascista israelense.

Agricultores da Índia chamam boicote de produtos americanos

A taxação em 50% imposta por Trump, 50% sobre exportações de produtos indianos, provocou uma reação de oposição por parte da população na Índia, e, agora, liderados pelos agricultores, defendem uma campanha de boicote a produtos norte-americanos.

Pelas redes sociais, grupos políticos e fazendeiros atingidos pelas tarifas de Trump começaram a defender boicote contra produtos de marcas americanas. O boicote se tornou uma forma de defender a soberania do país.

MARCAS AMERICANAS

Marcas americanas, como a Coca-Cola, Apple e McDonald's, que passaram décadas construindo uma afinidade com consumidores indianos para venderem seus produtos, agora se tornaram alvos do boicote. A guerra tarifária de Trump está provocando danos à imagem dos EUA e pode ser de difícil reversão.

Uma ala nacionalista do partido governista, o Partido do Povo Indiano (Bharatiya Janata Party, BJP), chamada de Swadeshi Jagran Manch, está organizando comícios nas cidades indianas e divulgando pelo WhatsApp e redes sociais, listas de produtos a serem boicotados e alternativas nacionais.

“Nenhum agricultor deve comprar Coca-Cola. É hora de começar a tomar limonada e leite

de búfala em casa,” disse um fazendeiro indiano para o site de notícias ‘Russia Today’ durante um comício.

“Os produtos agrícolas indianos que vão para os EUA cairão no regime tarifário de 50%. Devido a esse aumento, os agricultores receberão apenas metade do lucro e os EUA receberão 50% a mais do imposto de importação,” disse outro fazendeiro.

AGRICULTURA

As negociações entre os dois países esfriaram depois da exigência do governo de Trump para que produtos alimentícios americanos sejam isentos de tarifas. A Índia tem política de proteção a sua agricultura, a maior parte da agricultura indiana, 82% vem de pequenos agricultores, e 70% das famílias em áreas rurais na Índia dependem da agricultura para subsistência.

Se o governo indiano aceitasse a imposição dos americanos, isso seria catastrófico para a Índia.

Inicialmente, os americanos impuseram 25% de tarifas contra produtos importados fabricados na Índia e depois adicionaram mais 25% para pressionar a Índia a cessar de comprar petróleo russo, essas novas tarifas passarão a ter efeito a partir de 27 de agosto. Pequenas e médias empresas indianas serão as que mais vão sentir o impacto dessas tarifas.



“Genocídio de palestinos não representa os judeus do mundo”, diz Sachs

2,5 milhões paralisam Israel em 300 atos contra a solução final de Netanyahu

Foram 300 mil no centro de Tel Aviv, na maior manifestação desde o início da agressão a Gaza. Em todo o país houve 300 manifestações somando 2,5 milhões de participantes segundo o jornal Haaretz.

Alon Lee-Grin, dirigente da organização de judeus e árabes israelenses Standing Together (De Pé Juntos), um dos líderes do movimento que paralisou Israel neste domingo, portando um cartaz com os dizeres em hebraico e árabe afirmando “Nos negamos a ser inimigos”, expressou os vetores que mobilizaram multidões:

“Estamos aqui”, disse Lee-Grin ainda no meio da tarde deste domingo (17), “bloqueando as principais avenidas de Tel Aviv, assim como ocorre por todo o país. estamos paralisando todas as cidades, com uma mensagem muito clara. Não permitiremos que o governo de Smotrich, Gvir e Netanyahu esfomeem as crianças de Gaza. Estamos aqui com uma mensagem clara de que judeus e árabes exigem: saiam já de Gaza”.

“E aos soldados”, prossegue Lee-Grin, “nosso recado é, recusem-se a entrar em Gaza. Esta é uma ordem ilegal e uma bandeira negra se ergue sobre ela, que é esfomear os de Gaza, abandonar os reféns e dizimar todo o povo de Gaza”.

“Cabe a nós fazer greve, nos manifestarmos, recorrermos a todo tipo de perturbação da ordem, nos recusarmos a servir, devemos mobilizar as multidões. Este é o único caminho para acabar com esta guerra, acabar com o extermínio e sairmos de Gaza e trazeremos os reféns de volta”.

Uma das principais faixas exigia um acordo para trazer os reféns de volta: “O povo trará os reféns de volta”, diz uma das principais faixas abertas em Tel Aviv (Haaretz).

Também resumiu as reivindicações da manifestação, um dono de restaurante em Haifa que postou uma faixa à entrada do estabelecimento com os dizeres:

GREVE / Parem a guerra agora! / Parem com a matança e a fome em Gaza!

México rejeita chantagem naval dos EUA no Caribe: “o único que governa aqui é o povo”

Somada à declaração de Trump de que “o México e o Canadá fazem o que dizem que façam” e à movimentação extraordinária de navios de guerra – e até de submarino nuclear –, presidente foi incisiva na defesa da soberania.

“Nossa opinião sempre será a da autodeterminação dos povos, não apenas no caso do México, mas em todos os países da América Latina e do Caribe. Há colaboração, coordenação e organismos internacionais para resolver conflitos, mas nunca intervenção”, afirmou a presidente Claudia Sheinbaum, sexta-feira (15), ao ser informada de uma movimentação extraordinária de navios estadunidenses no Caribe.

De acordo com a presidente, os dados foram repassados pela Marinha ao Gabinete de Segurança da Presidência, que alertou sobre a presença extraordinária de embarcações dos EUA, principalmente entre a América Central e a América do Sul.

Respondendo à declaração de Donald Trump de que “o México e o Canadá fazem o que dizem que façam” em matéria de segurança fronteiriça, Sheinbaum reiterou



Multidão ocupa o centro de Tel Aviv por cessar-fogo

os reféns e dizimar todo o povo de Gaza”.

“Tragam os reféns agora! Basta de sofrimento das famílias! Uma das principais oradoras no ato de Tel Aviv foi Einav Zangakuer, mãe de Matan, que ainda se encontra como refém em Gaza. Ela reagiu às declarações de Netanyahu de que o movimento é que colocaria em risco a vida dos reféns: “A declaração tóxica e alienada de Netanyahu só provam o quanto os protestos o amedrontam”.

“O governo de Israel nunca fez um esforço real em direção a um acordo inclusivo e para o fim da guerra”, prosseguiu Einav.

“Trata-se de uma falsa guerra. Seus ministros se orgulham de torpedearem os acordos. Se é que Netanyahu quer um acordo que o coloque na mesa, se não está mentindo para nós”, finalizou Einav.



“Sempre seremos pela autodeterminação dos povos”

a necessidade de que se privilegie o diálogo e o respeito mútuo. Quanto à soberania do México, voltou a esclarecer Trump que a soberania do seu país não está em questão, atribuindo a baboseira do presidente dos EUA um estilo próprio e bem pouco popular.

Para deixar bem claro, Sheinbaum repercutiu nas redes sociais que “o único que governa no México é o povo”, assinalando que este é o princípio “tão simples quanto importante”.

Alegando combater os cartéis de drogas, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos ordenou o envio de força aérea e naval para o sul do Mar do Caribe, numa nova ação

Em carta aberta ao ministro do Exterior de Israel, Jeffrey Sachs, que se coloca como judeu, afirma que o regime fascista de Israel, com o genocídio perpetrado contra o povo palestino, não representa os judeus do mundo inteiro

JEFFREY SACHS

Prezado Senhor Ministro: Escrevo-lhe após o seu discurso no Conselho de Segurança da ONU em 5 de agosto. Estive presente na sessão, mas não tive a oportunidade de conversar com o senhor após o evento. Gostaria de compartilhar as minhas reflexões sobre sua fala.

Em seu discurso, o senhor não reconheceu por que quase o mundo inteiro, incluindo muitos judeus como eu, está horrorizado com o comportamento do seu governo. Na visão da maioria do mundo, com a qual concordo, Israel está envolvido em assassinatos em massa e fome deliberada; isso não ficou claro em sua fala. O senhor não mencionou que Israel causou a morte de cerca de 18.500 crianças palestinas até agora, cujos nomes foram recentemente listados pelo Washington Post. O senhor culpou o massacre de civis pelas forças israelenses ao Hamas, mesmo enquanto o mundo assiste diariamente a vídeos de soldados israelenses matando civis famintos a sangue frio quando se aproximam de pontos de distribuição de alimento. Lamentou a fome de 20 reféns, mas não menciona a fome imposta por Israel a 2 milhões de palestinos. Também não citou que seu próprio primeiro-ministro trabalhou ativamente ao longo dos anos para financiar o Hamas, como documentou o Times of Israel.

Se essas omissões são resultado de obtusidade ou de dissimulação, elas seriam uma tragédia apenas para Israel, não fosse o fato de que o senhor tentou envolver a mim e a milhões de outros judeus nos crimes do seu governo contra a humanidade. O senhor declarou na sessão da ONU que Israel é “o Estado soberano do povo judeu”. Isso é falso. Israel é o Estado soberano de seus cidadãos. Eu sou judeu e cidadão dos Estados Unidos. Israel não é meu Estado e nunca será.

Sua linguagem sobre os judeus em seu discurso revelou o abismo entre nós. O senhor se referiu ao judaísmo como uma nacionalidade. Essa é, de fato, a construção sionista, mas vai contra 2.000 anos de crença e vida judaicas. É uma ideia que eu e milhões de outros judeus rejeitamos. Para mim e para incontáveis outros fora de Israel, o judaísmo é uma vida de ética, cultura, tradição, lei e crença que nada tem a ver com nacionalidade. Por 2.000 anos, os judeus viveram em todas as partes do mundo, em inúmeras nações.

Os grandes sábios rabínicos do Talmude Babilônico, na verdade, proibiram explicitamente um retorno em massa do povo judeu a Jerusalém, orientando os judeus a viverem em suas próprias pátrias (Ketubot 111a). Infelizmente, os sionistas empreenderam campanhas massivas, incluindo subsídios financeiros e táticas de intimidação, para induzir comunidades judaicas a deixarem suas terras natais, línguas, culturas locais e relações com seus vizinhos não judeus, atraindo-os para Israel.

Já viajei por todo o mundo visitando sinagogas quase vazias e comunidades judaicas abandonadas, onde apenas alguns idosos permanecem e insistem que suas comunidades viviam em paz e harmonia com as maiorias não-judias. O sionismo enfraqueceu ou pôs fim a inúmeras comunidades vibrantes de nossos correligionários ao redor do mundo.

É um fato irônico que, quando os sionistas convenceram o governo britânico a emitir a Declaração Balfour em 1917, o único judeu no gabinete, Edwin Montagu, objetou veementemente, afirmando que era um cidadão britânico que por acaso era judeu, e não membro de uma nação judaica: “Afirmando que não existe uma nação judaica. Os membros da minha família, por exemplo, que estão neste país há gerações, não têm nenhum tipo de comunidade de visão ou desejo com qualquer família judaica em outro país, além do fato de professarem, em maior ou menor grau, a mesma religião.”

Nesse contexto, também vale lembrar que a Declaração Balfour afirma claramente e sem ambiguidades que “nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas existentes na Palestina.” O sionismo falhou nesse teste.

Seu governo está comprometido com a ocupação permanente de toda a Palestina e se opõe de forma violenta e implacável a um Estado soberano da Palestina. A plataforma fundadora do Likud em 1977 não esconde isso, declarando abertamente que “entre o Mar [Mediterrâneo] e o Jordão, haverá apenas soberania israelense”. Para alcançar esse objetivo, Israel demoniza o povo palestino e o esmaga fisicamente, por meio de fome em massa, assassinatos, limpeza étnica, detenções administrativas, tortura, confiscos de terras e outras formas de repressão brutal. O senhor mesmo declarou, de forma vergonhosa, que “todas as facções palestinas” apoiam o terrorismo.

Seu homólogo na sessão do Conselho de Segurança da ONU, o embaixador palestino Riyad Mansour, afirmou exatamente o oposto. Ele declarou claramente: “A solução é acabar com esta ocupação ilegal e com este conflito desastroso; é a realização da independência e soberania do Estado palestino, não a sua destruição; é a realização de nossos direitos, não a sua negação contínua; é o respeito ao direito internacional, não o seu pisoteio; é a implementação da Solução de Dois Estados, não a realidade de um único Estado com os palestinos condenados ao genocídio, limpeza étnica ou apartheid”.

Israel se opõe a quase todo mundo no esforço para bloquear a Solução de Dois Estados. Já são 147 países que reconhecem o Estado da Palestina, e muitos outros em breve o farão. Cento e setenta Estados-membros da ONU votaram recentemente a favor do direito do povo palestino à autodeterminação política, com apenas seis votos contra (Argentina, Israel, Micronésia, Nauru, Paraguai e EUA).

Sua apresentação ignorou completamente a poderosa “Declaração de Nova York sobre a Solução Pacífica da Questão Palestina e a Implementação da Solução de Dois Estados”, emitida pela comunidade internacional na Conferência Internacional de Alto Nível sobre a Implementação da Solução de Dois Estados, realizada em julho, apenas uma semana antes do seu discurso no Conselho de Segurança. Arábia Saudita e França co-presidiram essa conferência de alto nível. Nações árabes e islâmicas em todo o mundo pediram paz e normalização das relações com Israel quando este cumprir o direito internacional e agir com decência, em linha com a Solução de Dois Estados. Seu governo rejeita a paz porque busca a dominação de toda a Palestina.

Israel mantém a sua posição extremista por um fio tênue, apoiado (até agora) pelos Estados Unidos, mas por nenhuma outra grande potência. Também devemos reconhecer uma das principais razões para o apoio estadunidense até agora: os protestantes evangélicos cristãos, que acreditam que o ajuntamento dos judeus em Israel é o prelúdio para a condenação ou conversão dos judeus e o fim do mundo. Esses são os aliados de seu governo. Quanto à opinião pública estadunidense em geral, a desaprovção das ações de Israel agora chega a 60%, com apenas 32% de aprovação.

Senhor Ministro, a repulsa global que o senhor citou é contra as ações do seu governo, não contra os judeus. Israel está ameaçado internamente pelo fanatismo e extremismo que, por sua vez, atrai uma reprovação mundial por parte de judeus e não-judeus. A maior ameaça à sobrevivência de Israel não são as Nações árabes, os palestinos ou o Irã, mas as políticas do governo extremista de Israel, liderado por Netanyahu, Bezael Smotrich e Itamar Ben-Gvir.

A Solução de Dois Estados é o caminho — e o único caminho — para a sobrevivência de Israel. O senhor pode acreditar que armas nucleares e o governo dos EUA são a sua salvação, mas o poder bruto será efêmero se a grave injustiça de Israel contra o povo palestino continuar. Os Profetas Judeus ensinaram repetidamente que Estados injustos não sobrevivem por muito tempo.

Atenciosamente, Jeffrey Sachs

Maduro repudia ameaças de destroyers dos EUA à soberania da Venezuela

A informação da agência de notícias britânica Reuters, na segunda-feira (18), de que três destróieres dos EUA com mísseis guiados Aegis chegariam à costa da Venezuela nas próximas 36 horas como parte de um suposto esforço contra os cartéis de drogas latino-americanos, confirmada no dia seguinte pela porta-voz do governo Trump, gerou reações, com a presidente do México Claudia Sheinbaum repelindo o “intervencionismo”, o governo de Cuba pedindo “respeito à zona de paz declarada pela Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC)”, e o presidente Nicolás Maduro lembrando que a Venezuela é um território livre de plantações ou laboratórios de drogas e que “nenhum império vai tocar seu solo sagrado.”

“Está claramente estabelecido em nossa Constituição e é sempre nossa posição: a autodeterminação dos povos, a não intervenção e a resolução pacífica de controvérsias”, reiterou a presidente do México.

Ainda segundo a Reuters, ao todo seriam 4.000 marines envolvidos na operação, à qual poderiam se juntar ainda aviões-patrolha e até um submarino, por vários meses.

A ameaça é um desdobramento de recente determinação de Washington declarando cartéis de drogas e outras organizações criminosas como “terroristas globais”, contra os quais alega poder intervir militarmente e à revelia da soberania alheia. Declaração já repudiada por governos latino-americanos, inclusive o Brasil.

Na mesma linha de provocação, na semana passada, o gusano à frente do Departamento de Estado, Marco Rubio, anunciou que estava dobrando, para US\$ 50 milhões de dólares, a recompensa por “informações” que levassem à “captura do presidente Maduro”, acintosamente acusado por Washington nada menos de “chefiar o Cartel de Los Soles” e de “enviar drogas” para os EUA.

Em discurso em Caracas transmitido pela tevê estatal, o presidente Maduro se referiu à “ameaça extravagante, bizarra e absurda de um império em decadência” e disse que enviaria 4,5 milhões de “militantes” armados para “proteger a nação”.

Ele alertou que incursões não autorizadas em território venezuelano não serão toleradas. “Defendemos nossos mares, nossos céus e nossas terras, nós os libertamos, os monitoramos e os patrulhamos”.

Na terça-feira, o ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Yván Gil, descreveu as “ameaças e difamações” de Washington como um ato de “desespero” dos Estados Unidos.

“A acusação de Washington à Venezuela por tráfico de drogas revela sua falta de credibilidade e o fracasso de suas políticas na região”. Ameaças que “não afetam apenas a Venezuela, mas também colocam em risco a paz e a estabilidade de toda a região”.

Leia a íntegra no site do HP

Inflação nos EUA acelera ao ritmo mais rápido em três anos

O relatório do Bureau de Estatísticas do Trabalho (BLS, na sigla em inglês), sinaliza que o tarifaço decretado pelo governo Trump contra o mundo inteiro já impacta a economia norte-americana. Divulgado na quinta-feira (14), indica que, no mês anterior, o PPI ficara estável, mas a expectativa de economistas consultados pela Reuters era de alta de apenas 0,2%.

Agora, tanto bens quanto serviços tiveram elevação, e o BLS alertou para uma possível explosão inflacionária no curto prazo. Em relação a um ano atrás, o PPI ficou em 3,3% — quando, no mês anterior, fora de 2,4%.

O PPI é um indicador importante das leituras futuras do Índice de Preços ao Consumidor, o indicador de inflação mais amplamente citado, já que os aumentos nos preços dos atacadistas quase inevitavelmente são repassados aos consumidores.

Especialistas esperavam que os aumentos moderados nos preços dos serviços pudessem compensar o impacto das tarifas de importação sobre bens, mas não foi o que aconteceu.

Os custos de serviços subiram 1,1% no mês passado — o maior avanço desde março de 2022. As margens de atacadistas e varejistas saltaram 2%, lideradas pelo atacado de máquinas e equipa-

mentos. Nos bens, a alta foi de 0,7% em julho (contra 0,3% em junho).

Quarenta por cento desse aumento nos bens veio de um salto de 1,4% nos preços dos alimentos, impulsionado por uma expressiva alta de 38,9% no custo de vegetais frescos e secos.

Agricultores relataram escassez de mão de obra, agravada pela caçada a imigrantes indocumentados promovidas pelo governo Trump. No atacado, a carne bovina subiu 4,6%, os ovos avançaram 7,3% e o café, 1,1%. O leite impulsionou mais de 30% do aumento nos preços dos produtos não processados, subindo 9,1% apenas no mês passado.

Excluindo alimentos e energia, os preços dos bens aumentaram 0,4%, com destaque para altas no aço, alumínio e outros metais não ferrosos primários (também relacionada com o tarifaço). Também foram registradas elevações expressivas em equipamentos eletrônicos domésticos e artigos esportivos.

O relatório do PPI mostrou ainda que os custos de bens processados para demanda intermediária — que refletem preços em estágios anteriores da cadeia de produção — saltaram 0,8%, o maior aumento desde o início do ano, em grande parte devido ao óleo diesel.

Leia mais no site

Zelensky, Europeus e Otan insistem em manter a guerra na Ucrânia



Trump disse no Salão Oval que acredita em Putin quando diz querer acabar com a guerra

“Parem de esfomear Gaza”, denunciam manifestantes nas ruas de Nova Iorque

Mais de 10 mil pessoas marcharam em Nova Iorque para exigir que Israel cesse suas operações de genocídio em Gaza, contra os planos de anexação do território palestino e que Israel pare de bloquear a entrada de socorro humanitário.

O evento chamado de ‘Pare de matar Gaza de fome’ (“Stop Starving Gaza”), reuniu mais de 200 organizações de direitos humanos, contra o imperialismo e pró-Palestina tomaram parte do evento.

Mahmoud Khalil, preso durante três meses pelo governo de Trump, no começo do ano, por organizar protestos contra o genocídio que Israel está fazendo em Gaza, ele iniciou a marcha que começou em frente a Biblioteca Pública de Nova York.

“Nenhum pai merece que seu filho se machuque assim, passe e não seja capaz de alimentar seus filhos. Isso é uma atrocidade”, disse uma manifestante, Teela Segura, ela voou de Nevada para fazer parte da manifestação.

Outra crítica dos manifestantes, é a cumplicidade do governo dos EUA na maquinação do genocídio assim como em suprir Israel com armamento para a continui-



“Parem de esfomear Gaza”, cobra cartaz em Nova Iorque

dade do massacre.

Vários grupos, como o ‘CODEPINK’, ‘The People’s Forum’, que tem vários projetos com grupos marginalizados, participaram desse protesto. O ‘Conselho de Relações Islâmicas Americanas’ (Council on American Islamic Relations, CAIR), criticou a mais nova medida cruel de Trump de bloquear a entrada de pessoas de Gaza que receberiam atendimento médico nos EUA.

“As crianças estão morrendo de fome. Eu estive envolvido. Eu fiz trabalho

de ajuda humanitária”, disse Jim Keady, da ‘New Jersey Peace Action’ e NJ CAIR. “Milhares e milhares de pessoas morreram, e dezenas de milhares de pessoas estão agora ameaçadas de morrer de fome.”

Eles também prestaram homenagem aos jornalistas, mortos por Israel pelo cumprimento de seu dever de expor os crimes que estão acontecendo contra o povo de Gaza. De acordo com a ONU, desde o começo desse massacre em outubro de 2023, Israel assassinou cerca de 263 jornalistas em Gaza, Cisjordânia e sul do Líbano.

China alcança o 2º lugar em poder de computação mundial

O setor de dados da China registrou um crescimento notável durante 14º Plano Quinquenal (2021-2025), com avanços notáveis em termos de tamanho do mercado e de infraestrutura digital, segundo dados oficiais divulgados na quinta-feira (14), registrou a agência de notícias Xinhua. A China alcançou o segundo lugar em poder de computação no mundo.

O volume do setor alcançou 5,86 trilhões de yuans (US\$ 821,45 bilhões) até o final de 2024, um aumento de 117% em relação ao final de 2020, afirmou Liu Liehong, chefe da Administração Nacional de Dados (AND). Ele destacou que o número de empresas relacionadas a dados na China ultrapassou 400 mil até o final de 2024, e espera-se que o setor mantenha um forte crescimento nos próximos anos.

De acordo com o dirigente, até o final de junho de 2025, o país havia construído 4,55 milhões de estações base 5G e o número de usuários de banda larga gigabit havia chegado a 226 milhões.

Liu assinalou como, após anos de esforços, uma série de tecnologias-chaves foi desenvolvida pela China, superando limitações em chips de ponta, sistemas operacionais e outras áreas-chave, além de bloqueios e sanções, demonstrando a notável capacidade inovadora da China.

A força geral da Inteligência Artificial da China teve um crescimento sistêmico, detendo 60% das patentes globais de IA, de acordo com a AND. No início de 2024, o consumo diário de tokens da China era de 100 bilhões. No final de



Centro de desenvolvimento computacional de Hangzhou

junho, o consumo diário de tokens havia ultrapassado 30 trilhões. Um aumento de mais de 300 vezes em apenas um ano e meio reflete vividamente a rápida expansão da escala de aplicativos de IA na China, de acordo com a AND.

Os sistemas operacionais domésticos estão prosperando, com o HarmonyOS autodesenvolvido da China alimentando mais de 1,19 bilhão de dispositivos em mais de 1.200 categorias de produtos, como smartphones, carros e eletrodomésticos. A indústria de circuitos integrados formou uma cadeia de produção completa que abrange design, fabricação, embalagem, testes, equipamentos e materiais.

Ao Global Times o pesquisador associado da Academia de Ciências Sociais de Pequim, Wang Peng, disse que os avanços tecnológicos aumentaram significativamente a competitividade da indústria digital da China, estabe-

lecendo uma base técnica sólida para o desenvolvimento da economia digital e permitindo que a China seja competitiva globalmente.

Ao abordar gargalos de longa data, a China construiu um ecossistema de tecnologia digital mais independente e resiliente. Isso não apenas fortalece a capacidade da China de resistir a riscos externos, mas também fornece forte suporte técnico para a inovação e atualização de toda a cadeia da indústria digital, disse Wang.

A economia digital também emergiu como um novo motor de crescimento para a economia com crescente impulso de desenvolvimento, de acordo com a AND. Até o final de 2024, a receita de software da China havia crescido 80% em comparação com 2020, enquanto o valor agregado da fabricação de informações eletrônicas acima da escala aumentou mais de 70%.

Leia mais no site do HP

Opção do presidente Putin por acordo de paz duradouro foi explicada à comitiva europeia que acompanhou o ucraniano Zelensky à Casa Branca

Ao se reunir na Casa Branca com governantes europeus que ali foram acompanhar o escabariado Zelensky, o presidente Trump observou que nas seis guerras que diz ter terminado nunca houve um cessar-fogo prévio às negociações, esvaziando a choradeira sobre os resultados da cúpula Rússia-EUA no Alasca.

Aquela em que o presidente Putin foi recebido com tapete vermelho, enquanto o chanceler Lavrov exibiu um suéter com as iniciais da União Soviética em cirílico: СССР. E com Trump abrindo mão de seu “ultimato” e do “cessar-fogo imediato”, em prol da tese russa de “um acordo de paz duradouro”. E com direito a Putin saudá-lo, muito à vontade, com um “bom dia, caro vizinho”.

Em Anchorage, Putin pôde apresentar a Trump direta e didaticamente as razões que levaram a Rússia a intervir no Donbass, depois de cinco ondas de expansão da Otan até às fronteiras da Rússia desde a reunificação alemã e contrariando os compromissos assumidos com a então União Soviética; do “convite” de 2008 de W.Bush de anexação da Ucrânia à Otan; da derrubada do governo ucraniano legítimo por golpe de Estado em 2014 e decorrentes rebeliões no Donbass e na Crimeia, e, depois, o descumprimento dos acordos de paz de Minsk, que determinavam o fim da perseguição aos russos étnicos, aos monumentos históricos, ao seu idioma e até religião.

Assim, a paz é possível desde que a Ucrânia restaure seu status de neutralidade, sem Otan e sem bases estrangeiras; reconheça as regiões que por referendo se reunificaram com a Rússia, a começar com a Crimeia, e sendo possível a troca de áreas nas regiões de Kharkov e Sumy sob controle russo pela integral retirada das tropas ucranianas de Kherson, Zaporozhia e do Donbass. E restaure os direitos constitucionais da minoria de russos étnicos.

Com a Rússia aceitando o estabelecimento de garantias firmes de segurança para a Ucrânia. Antes da revoadada a Washington, líderes europeus voltaram a ameaçar enviar suas tropas à Ucrânia após o acordo de paz, o que evidentemente só é feito na tentativa de implodir as negociações e tentar eternizar a guerra por procuração da Otan contra a Rússia.

Se o acordo é “nada de Otan” na Ucrânia, não há qualquer lugar para botas da Otan no solo.

MAPA NO SALÃO OVAL

Segundo as agências de notícias, Trump recebeu Zelensky no salão oval, adornado com um mapa da Ucrânia com as áreas libertadas pela Rússia marcadas em rosa, possivelmente com o objetivo de ajudar o ex-comediante a parar de fingir não saber qual é a situação real.

Zelensky, que fez aprovar no parlamento uma ‘lei’ proibindo negociar, agora diz aceitar negociações sem pré-condições.

Os “líderes” europeus — que alguns descrevem como chihuahuas — Friedrich Merz, Emmanuel Macron, Sir Keir Starmer, Giorgia Meloni e Ursula von der Leyen (além do chefe de cerimônias da Otan, Mark Rutte) — acompanharam Zelensky a Washington e depois também se reuniram com Trump.

A efeméride foi interrompida por Trump por 40 minutos para falar com o presidente Putin pelo telefone, dando conta das

discussões com Zelensky e a entourage. Trump tem manifestado o desejo de uma reunião trilateral, com ele, Putin e Zelensky sobre um possível acordo. Tese com a qual o Kremlin ainda não se comprometeu.

O premiê alemão, Merz, que quer “rearmar a Alemanha” até os dentes, resmungou “não conseguir imaginar que a próxima reunião seja realizada sem um cessar-fogo”, exigindo “tentar pressionar a Rússia.”

Talvez alguém possa explicar ao ex-banqueiro da BlackRock que foi exatamente assim para o fim da Guerra do Vietnã e o do Afeganistão, só para citar duas das mais importantes guerras em que os EUA beijaram a lona.

‘RAMBO DAS ESTEPES’

Depois de ter há dois meses expulso da Casa Branca Zelensky, então trajado como o rambo das estepes, Trump o recebeu agora calorosamente e manifestou apreço pelo recém estreado terno preto.

Perguntado por um repórter qual era sua mensagem para o povo da Ucrânia, Trump disse: “Nós os amamos”.

Sobre as alegações de que a cúpula do Alasca “configurou uma vitória para Putin”, Trump desconversou, mas colocou sobre Zelenskiy o ônus para acabar com a guerra, dizendo que a Ucrânia deveria desistir das esperanças de recuperar a Crimeia, anexada pela Rússia em 2014, ou de se juntar à aliança militar da Otan.

Trump tem dito que a guerra da Ucrânia não é dele, é “uma guerra de Biden” — no que tem certa razão, já que a Rússia, antes de reconhecer e socorrer as repúblicas do Donbass, apresentou aos EUA e à Otan proposta para restaurar o equilíbrio de forças na Europa, conforme os termos da época da reunificação alemã, com o encerramento da expansão da Otan e retirada de mísseis para a linha do Oder-Neisse (a divisa entre a então República Federal Alemã e a Alemanha Oriental socialista).

Biden e a Otan se recusaram sequer a discutir, dizendo que a Otan pode anexar o que quiser e quando quiser, na prática revogando as Atas de Helsinki de 1975 para segurança da Europa.

FARSA DE MERKEL

Mais tarde, os garantidores dos acordos de Minsk, a alemã Angela Merkel e o francês François Hollande, revelaram que assinaram para ganhar tempo para rearmar a Ucrânia (tornando-a de fato uma extensão da Otan) e não para cumprir.

Os setores mais degenerados do Estado Profundo norte-americano acreditaram no que pagavam aos think tanks belicistas para escrever, que a economia da Rússia seria destruída pelas sanções econômicas que decretaram e haveria uma mudança de regime.

Quando a Rússia fez seu avanço inicial cercando Kiev para forçar a abertura de negociações, que ocorreram em Istambul e se chegou a um acordo, o governo Biden enviou o primeiro-ministro inglês Boris Johnson a Kiev dar a Zelensky a ordem de continuar a guerra, com os resultados conhecidos.

Sob a guerra, a economia europeia, que se automutilou abrindo mão do gás russo barato, mergulhou na estagnação, enquanto a subserviência chegou ao ponto de a Alemanha ver o Nord Stream ser explodido pelos EUA, com a desindustrialização como corolário.

Leia a íntegra no site do HP

Tarifas de Trump saem pela culatra e fortalecem a unidade do BRICS

Os ataques de Trump aos países do BRICS apenas encorajaram mais e mais países a se juntarem à organização liderada pelo Sul Global

BEN NORTON (*)

O presidente dos EUA, Donald Trump, é um líder muito contraditório. Ele constantemente implementa políticas que vão contra seus objetivos declarados. O exemplo perfeito disso é como Trump tratou o BRICS, a organização composta pelos principais países do Sul Global, e que agora representa a maior parte do planeta.

Trump vê o BRICS como uma grande ameaça à hegemonia dos EUA e, em particular, ao domínio do dólar americano como moeda de reserva global. Ele ameaçou abertamente os membros do BRICS para tentar impedi-los de buscar alternativas ao dólar americano.

Em uma coletiva de imprensa na Casa Branca em 8 de julho, Trump reclamou: “O BRICS foi criado para nos prejudicar. O BRICS foi criado para degenerar nosso dólar e tomar nosso dólar como padrão, tirá-lo como padrão. E tudo bem se eles quiserem jogar esse jogo, mas eu também posso jogar esse jogo. Portanto, qualquer pessoa que esteja no BRICS estará recebendo uma taxa de 10%. Se eles são membros do BRICS, terão que pagar uma tarifa de 10%, apenas por uma coisa. E eles não serão membros por muito tempo”.

Mas, ironicamente, os ataques de Trump aos países do BRICS apenas fortaleceram o BRICS e encorajaram mais e mais países a se juntarem à organização liderada pelo Sul Global.

Trump atacou publicamente o Brasil e seu presidente, Lula da Silva, impondo tarifas de 50% ao país sul-americano. Isso só aproximou ainda mais o Brasil da China. E agora o presidente Lula está pedindo publicamente que os países do BRICS criem alternativas ao dólar americano.

A AGRESSÃO DE TRUMP ESTÁ CLARAMENTE SAINDO PELA CULATRA

Outro exemplo disso é como o presidente dos EUA tratou a Índia, que é o “eu” nos BRICS. Durante anos, o governo dos EUA seguiu uma estratégia de tentar se aliar à Índia contra a China, como parte de uma tentativa de dividir os BRICS, para isolar Pequim. Nos últimos anos, especialmente sob o primeiro-ministro de direita Narendra Modi, a Índia gradualmente se aproximou dos Estados Unidos.

Mas em seu segundo mandato como presidente, Trump atacou a Índia, ameaçando-a com tarifas de 50%, uma das taxas mais altas do mundo. Trump aparentemente pensa que a Índia não tem outra opção a não ser concordar com o que os EUA quiserem. Mas o mundo está cada vez mais multipolar, e Nova Delhi tem outras opções. Em resposta às tarifas muito agressivas de Trump, o que

a Índia fez? Estendeu a mão para a China com um ramo de oliveira. Agora Nova Delhi e Pequim estão melhorando suas relações.

Portanto, Trump está realmente aproximando a Índia e a China. Isso é exatamente o que Washington vem tentando evitar há mais de uma década. O próprio Trump, durante seu primeiro mandato como presidente dos EUA, de 2017 a 2021, tentou afastar a Índia do BRICS.

Think tanks neoconservadores em Washington, DC, como o Instituto Hudson, disseram muito claramente que a Índia e os EUA “precisam um do outro para combater a China” e pediram: “Não deixe que a política doméstica atrapalhe”. Os EUA até conseguiram trazer a Índia para o chamado Diálogo de Segurança Quadrilateral, ou Quad, ao lado do Japão e da Austrália. Era amplamente conhecido que o Quad buscava isolar e enfraquecer a China na região do Pacífico. As tarifas de Trump agora estão fazendo exatamente o oposto.

TRUMP QUER FAZER COM A ÍNDIA O QUE FEZ COM A EUROPA

Trump inicialmente ameaçou tarifas de 25% sobre a Índia. Ele então atingiu o país com outros 25%, o que ele alegou ser porque o país estaria comprando petróleo da Rússia. O presidente dos EUA deu à Índia 20 dias para chegar a um acordo para evitar essas enormes taxas. Estranhamente, o governo dos EUA ameaçou impor ainda mais tarifas e potencialmente sanções à Índia se as conversas de Trump com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, realizadas no Alasca em 15 de agosto, não fossem bem-sucedidas.

O que está acontecendo aqui? Que papel desempenha a Rússia neste contexto?

Parece que Trump está simplesmente usando as compras de petróleo russo pela Índia como desculpa. Não se trata realmente da Rússia. Trump quer justificar altas tarifas sobre a Índia para forçar Nova Delhi a sentar-se à mesa de negociações, para assinar um acordo injusto que beneficie os EUA às custas da Índia. Isso é o que Trump fez com a Europa. A União Europeia concordou em assinar um acordo no qual a UE aceitou tarifas de 15% sobre as exportações europeias para os EUA, enquanto a UE não imporá nenhuma tarifa sobre produtos americanos.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, foi questionada sobre esse tratado desigual em uma coletiva de imprensa com Trump. A seguir, uma transcrição parcial dos comentários:

JORNALISTA: Tenho uma pergunta para o presidente da Comissão Europeia: Quais são as concessões



Ben Norton, fundador do Geopolitical Economy Report

dos EUA? Do que os EUA estão desistindo no acordo, se é que desistem?

URSULA VON DER LEYEN: *Então, como nós – o ponto de partida foi um desequilíbrio, um superávit do nosso lado e um déficit do lado dos EUA. E queríamos reequilibrar a relação comercial.*

Trump acha que pode forçar a Índia a fazer a mesma coisa: assinar um acordo comercial injusto que beneficie os EUA às custas do outro lado. No entanto, a política externa da Índia é mais independente do que a da Europa.

A Índia é uma grande potência. Tem mais de 1,4 bilhão de pessoas, tornando-se o país mais populoso da Terra. A Índia também cresceu muito economicamente nas últimas décadas. Não cresceu tão rapidamente quanto a China, mas a Índia é a terceira maior economia do mundo, quando você mede seu PIB em paridade de poder de compra (PPC).

A China é a economia número um, representando 19,68% do PIB mundial (PPC). Os EUA são a segunda economia, representando 14,75%. A Índia vem em terceiro, com 8,53%. A Rússia está em quarto, com 3,48%.

Os Estados Unidos gostariam de simplesmente forçar a Índia a se aliar a eles e fazer o que Washington quiser. Isso é o que Trump acha que pode fazer com suas tarifas altíssimas. Mas, novamente, a Índia é uma grande potência. É um país muito grande, com uma longa história de política externa independente e não alinhada.

Sim, as autoridades dos EUA elogiaram o primeiro-ministro de direita Modi como “o primeiro-ministro mais pró-americano que já vimos na história da Índia”. Ele não tem sido tão amigável com o Sul Global e os movimentos anticoloniais quanto alguns de seus sucessores do Congresso Nacional Indiano de esquerda, como o fundador Jawaharlal Nehru.

Mas a política externa da Índia ainda permanece independente. Quando Nova Delhi percebe que é de seu interesse, às vezes se alia

aos EUA em questões específicas; mas quando isso não acontece, não vai.

A ÍNDIA COMPRA PETRÓLEO RUSSO – E A EUROPA TAMBÉM, ATRAVÉS DA ÍNDIA

Um exemplo claro da política externa não alinhada da Índia são suas relações estreitas com a Rússia. A Índia se tornou um grande comprador de petróleo russo, que Trump usou como desculpa para impor tarifas sobre ela. Isso é resultado da guerra na Ucrânia. Depois de 2022, a Europa se comprometeu a boicotar o petróleo russo. Então a Rússia se ofereceu para vender à Índia seu petróleo com desconto.

A partir de 2023, em apenas um ano, a Índia deixou de comprar quase nenhum petróleo da Rússia para ser o maior importador de seu petróleo bruto. Em 2024, a China ultrapassou a Índia como o principal importador de petróleo russo. Mas, juntas, a China e a Índia são de longe os dois maiores compradores.

A China também é o parceiro comercial número um da Rússia e o maior mercado para as exportações russas, importando duas vezes mais que a Índia, que é o segundo maior mercado para as exportações russas. Então, isso levou algumas pessoas a levantar a questão para Trump: se você está colocando tarifas de 25% sobre a Índia para comprar petróleo da Rússia, por que você não está fazendo o mesmo com a China? Porque a China agora compra ainda mais petróleo da Rússia do que a Índia.

A resposta a essa pergunta é que não se trata realmente da Rússia. Isso é simplesmente parte da estratégia de Trump para colocar pressão máxima sobre a Índia, para forçá-la a assinar um acordo comercial com os EUA.

Também é profundamente hipócrita que os países ocidentais critiquem a Índia por comprar petróleo russo porque alguns dos principais compradores de urânio e plutônio enriquecidos da Rússia incluem os Estados

Unidos, Alemanha e França. Eles precisam disso para sua indústria de energia nuclear.

Na verdade, o que é ainda mais hipócrita é que a Índia se tornou o maior exportador de combustível para a Europa. E de onde vem esse combustível? Rússia.

Isso foi relatado pela Bloomberg em 2023. Ele observou que a Índia era o maior comprador de petróleo russo naquele ano e que a Índia estava refinando e processando esse petróleo bruto e, posteriormente, exportando “combustível limpo” para a Europa. Claramente, os países ocidentais são profundamente hipócritas. Mas o ponto é que as tarifas de Trump sobre a Índia não são realmente sobre a Rússia. Isso é apenas uma desculpa para aumentar a pressão.

O VERDADEIRO OBJETIVO DE TRUMP É REDUZIR O DÉFICIT COMERCIAL DOS EUA COM A ÍNDIA

O que realmente preocupa Trump aqui é o grande superávit comercial que a Índia tem com os Estados Unidos, que cresceu nos últimos anos. O oposto do superávit comercial da Índia é o déficit comercial dos EUA. Trump vê os déficits comerciais como algo inerentemente ruim e está obcecado em tentar reduzir o déficit comercial dos EUA.

Na verdade, o conselheiro comercial de Trump, o veterado falcão da China, Peter Navarro, foi questionado por que Trump não estava impondo tarifas à China por comprar petróleo da Rússia? Ele respondeu: “Temos mais de 50% de tarifas sobre a China. Portanto, não queremos chegar a um ponto em que realmente nos machuquemos”.

Este foi um comentário muito revelador. Deixou claro que alguns funcionários do governo Trump entendem que, se continuarem a cobrar tarifas cada vez mais altas sobre a China, isso sairá pela culatra e prejudicará a economia dos EUA, porque os EUA importam tecnologias importantes da China que não podem importar de nenhum outro país – ao contrário da Índia, que não tem as mesmas vantagens.

É importante observar as diferenças significativas no comércio dos EUA com a China e a Índia. O comércio dos EUA com a China foi de US\$ 658,9 bilhões em 2024. Isso foi mais de três vezes mais do que o comércio dos EUA com a Índia no mesmo ano, que foi de US\$ 212,3 bilhões. Se olharmos para os bens específicos que a China exporta para os EUA, podemos ver como os EUA são muito mais dependentes de seu comércio com a China do que de seu comércio com a Índia.

As principais exportações chinesas para os EUA incluem celulares, computadores, baterias, semicondutores, outras tecnologias, máquinas e peças de máquinas. Os EUA não podem substituí-los por produtos produzidos em outro lugar. A China é a superpotência manufatureira do mundo. Isso dá à China uma vantagem significativa em suas negociações com o governo Trump.



Além disso, Pequim respondeu às agressivas tarifas, sanções e restrições à exportação do governo dos EUA com suas próprias medidas defensivas. Ou seja, a China limitou a exportação de terras raras para os EUA. Os ímãs de terras raras são essenciais na produção de tecnologias avançadas e equipamentos militares. As restrições da China causaram ondas de choque em toda a economia dos EUA.

Esta é uma carta importante que a China jogou em suas negociações comerciais com os EUA. É exatamente por isso que Navarro alertou: “Não queremos chegar a um ponto em que realmente nos machuquemos”.

O caráter do comércio dos EUA com a Índia é muito diferente. Se olharmos para o que a Índia vende aos EUA, não é tão estratégico quanto o que a China exporta. E pode ser substituído.

A Índia é um grande exportador de medicamentos para os EUA. Isso inclui muitos medicamentos genéricos de baixo custo, que são muito mais acessíveis do que os medicamentos caros produzidos por grandes corporações farmacêuticas dos EUA.

Isso beneficia os consumidores dos EUA, mas Trump está comprometido em proteger os monopólios corporativos dos EUA. Seu governo retirou ou suspendeu dezenas de ações antitruste. Portanto, ele não está preocupado com a perda de acesso dos consumidores americanos à medicina indiana de baixo custo. Outra grande exportação indiana para os EUA são os diamantes. Esses não são difíceis de substituir.

A Índia exporta alguns produtos eletrônicos, como produtos de telecomunicações, mas não tantos quanto a China, e eles não são tão avançados tecnologicamente quanto os produzidos na China.

Portanto, a Índia não tem tanta influência em suas negociações comerciais com os EUA quanto a China.

Além disso, os Estados Unidos são o parceiro comercial número um da Índia e o principal mercado para as exportações indianas. A partir de 2022, quase 18% das exportações indianas foram para os EUA. Trump está apostando na ideia de que os EUA têm muito mais influência sobre a Índia e que ele pode forçar Nova Delhi a assinar um acordo comercial desfavorável.

Continua no site

(*) Ben Norton é o fundador e editor do Geopolitical Economy Report. Ele morou na América Latina por vários anos e agora mora em Pequim, China.

Artigo publicado originalmente em Geopolitical Economy Report